



LUCAS EDUARDO DE PAULA VALADARES

**A NECESSIDADE DE VALORIZAÇÃO DO SER HUMANO NO SISTEMA
CAPITALISTA ESTUDADA ATRAVÉS DA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão do
curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB

Brasília – DF

2005

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos professores Carlos Brito, Raquel Boing, Marco Antônio, que com grande paciência souberam me orientar a terminar este trabalho. Meus agradecimentos à amigos que incentivaram e não me deixaram parar quando estive entre muitas dificuldades. Meus agradecimentos aos meus pais Marize de Paula e Francnok Rafael Valadares que me apoiaram durante todo o curso de Relações Internacionais.

Sou mais grato a Deus que esteve e está ao meu lado e desfruta comigo todos os momentos de minha vida, quando estive em dificuldades sentimentais, materiais e espirituais, Ele sempre esteve ao meu lado, me confortando e alegrando meu coração. Ensinando-me a ser valente, sincero, alegre, prestativo, amigo, a ter caráter e consciência de vida.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar que o sistema capitalista está se flexibilizando para atender as necessidades da sociedade, seguindo a hipótese de que o sistema capitalista e cada indivíduo podem criar um contrabalanço aos avanços tecnológicos aumentando a qualidade de vida da sociedade. No início o sistema capitalista buscava um lucro absurdo, sem dar importância à qualidade de vida do indivíduo. Todavia nota-se que a sociedade percebeu novas necessidades em relação crescimento e desenvolvimento da qualidade de vida do indivíduo.

Procura-se mostrar neste trabalho a interação do sujeito com o objeto de análise, ou seja, nós próprios montamos nossa realidade de acordo com a necessidade da sociedade ou dos indivíduos em particular. Logo nota-se que é impossível analisar o objeto sem que haja influência por parte do observador, o sujeito, no momento em que aborda um fato, já está recebendo influência do seu próprio ser para descrevê-lo.

Chegou-se a conclusão de que a hipótese pode ser alcançada se houver um empenho de cada indivíduo, no sentido de buscar a melhoria da qualidade vida da sociedade. Não se trata apenas de responsabilidades do sistema ou do Estado, mas de cada indivíduo na face da Terra. Nós – sociedade – somos responsáveis pelo meio em que vivemos, nós – sociedade – construímos e damos continuidade à construção das ideologias e paradigmas que nos guiam. Pelo nosso direito de escolha, podemos modificar o que quisermos, eu – sociedade – influencio o meu próximo, assim como ele – sociedade – me influencia, a minha ação tem muita importância para a sociedade como um todo, eu – sociedade – sou responsável pelo futuro dos indivíduos.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
ÍNDICE	ii
RESUMO	iii
INTRODUÇÃO	1
1. CONSTRUTIVISMO – ORIGENS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	3
1.1 ORIGENS	3
1.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
2. CAPITALISMO – AVANÇOS TECNOLÓGICOS INEVITÁVEIS – CONSCIÊNCIA, TRANSFORMAÇÃO, ASSIMILAÇÃO	20
2.1 TRANSFORMAÇÃO	20
2.2 LIVRE INICIATIVA ECONÔMICA, SOCIAL E PESSOAL	32
3. CAPITALISMO CONSTRUTIVO – UMA ESTRUTURA PARA AVANÇOS TECNOLÓGICOS E PARA O FORTALECIMENTO DO BEM-ESTAR SOCIAL	42
CONCLUSÃO	57
BIBLIOGRAFIA	59

INTRODUÇÃO

A sociedade é movida por necessidades, ou seja, vontades e interesses próprios e/ou coletivos. A sociedade tem o interesse de descobrir o surgimento das coisas e dos indivíduos, a muito tempo a sociedade busca uma verdade para explicar a existência e o objetivo do indivíduo. Em tempos atuais nota-se a necessidade de valorização do ser humano e a tendência que move a sociedade em estabelecer regras, princípios e costumes para dar maior importância ao indivíduo.

No momento em que o indivíduo sente a necessidade de descobrir – criar, conhecer, buscar, desenvolver, estabelecer, atingir, inovar, crescer... – este está buscando seus próprios interesses, por mais que sejam falsos aos olhos da ciência, filosofia, religião e outros, destacando uma grande força do subjetivismo. O simples fato de o indivíduo escolher um ramo da ciência a ser estudado já se caracteriza interesse particular, ou seja, o direito, que nós mesmos criamos, nos dá o arbítrio de escolher nossos interesses, o livre-arbítrio de buscar o que quiser, caracterizando o subjetivismo.

A interação do subjetivismo com o objetivismo, se dá no momento em que a sociedade vai discutindo os melhores interesses a serem atingidos segundo o tempo e o espaço que os envolve, um exemplo deste assunto, é o fato de que o capitalismo tomou força a partir de interesse próprios de certos indivíduos, abusando do lucro para si próprio, e com o passar do tempo percebeu-se que a sociedade necessitava de algo mais, ou seja, a valorização do ser humano e não só do produto, as necessidades que comprovam este fato são o reconhecimento do meio ambiente, a luta pelos direitos humanos, valorização da responsabilidade social nas empresas e na sociedade, entre outros.

Assim como a sociedade é guiada por necessidades e pelos debates destas necessidades, o sistema capitalista também tem se mostrado bastante

flexível em relação aos interesses da sociedade, ou seja, o capitalismo é uma ideologia que se adapta rápido às necessidades dos indivíduos. Este percebe que a sociedade caminha para uma nova necessidade, a valorização do ser humano, e começa a criar ferramentas flexíveis estimulando o indivíduo a mudar seus hábitos, um exemplo deste assunto, é o fato de que há cem anos atrás o trabalhador não tinha quase nenhum direito em relação ao seu empregador, nos dias atuais, existe até um estatuto do empregado com diversos direitos e benefícios. Apesar de o capitalismo ser contra essa demanda de direitos que o proletariado alcançou, este teve que se adaptar para não cair ao acaso, como o socialismo. Há trinta anos atrás o sistema capitalista percebeu que a principal necessidade da sociedade era o desenvolvimento da tecnologia que perdura até os dias de hoje, logo, o sistema capitalista buscou incentivar e se adaptar às novas necessidades, descentralizando a educação e a criação/invenção para todos os indivíduos, por outro lado o socialismo manteve-se centralizado e não acompanhou a necessidade da sociedade, como consequência, a sociedade o excluiu de seu modo de pensar.

1. CONSTRUTIVISMO – ORIGENS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo investigará o tema intitulado “construtivismo”, analisando alguns teóricos e conceituando a teoria construtivista que, encontra em Berger e Luckmann seus principais fundadores. A perspectiva construtivista teve origem a partir da psicologia com Piaget, na qual se entende que o estudo dos fatos que ocorrem nas relações entre seres humanos é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo. Procura-se mostrar que o construtivismo é a escola que tem uma boa adaptação, ao reconhecimento, estudo e prática do desenvolvimento das necessidades do ser humano. Primeiro, será situada a perspectiva construtivista entre as concepções de análise da ciência, depois será analisada a própria concepção construtivista, dando ênfase na relação subjetiva e objetiva da sociedade. Após uma análise geral da concepção construtivista, em segundo momento, entraremos na disciplina de Relações Internacionais, também conceituando o termo, analisando alguns pensadores e trazendo à discussão a interação “Estrutura x Agente”, ou seja a discussão de o quanto o agente influencia e sofre influência da estrutura.

1.1 ORIGENS

Os fatos sociais têm adquirido novas formas de se apresentar às teorias existentes. Nos últimos cinquenta anos percebeu-se que as teorias sociais convencionais têm tido grandes dificuldades em explicar as interações sociais como fatos isolados, os interesses tanto dos observadores como daqueles que estão sendo observados influenciavam e influenciam a análise do pensador. O observador – indivíduo ou analista social – cresceu segundo princípios de uma pequena parte da sociedade que limitam sua análise à sua identidade e cultura. Todo e qualquer indivíduo é norteado por interesses que o levam a tomar decisões em suas vidas, independentemente, se os interesses são coletivos ou individuais, se são simples ou complexos. O simples fato de escolher o ramo de ciência a se estudar já se caracteriza um interesse particular. Trabalhando a interação do

sujeito com o objeto de estudo, o construtivismo tem se mostrado flexível ao analisar a estrutura e o agente.

A perspectiva construtivista sustenta-se nas teorias sociológicas que consideram que a realidade social é fruto de uma construção histórica e cotidiana dos atores, assim como o conhecimento comum e as conceptualizações desenvolvidas pelo ser humano são criadas a partir de interesses particulares e interesses coletivos. Segundo Lança (2002:81) a perspectiva construtivista encontra em Schütz, Berger e Luckmann os seus autores de referência, e esta “trata-se, fundamentalmente, de apreender a realidade social, ou a realidade da vida quotidiana e o conhecimento comum, como construções dos atores sociais”. Nesta medida, o construtivismo é crítico em relação às concepções tradicionais, que tendem a fazer dos fenômenos sociais fatos exógenos à realidade quotidiana da sociedade, ou seja, os teóricos tradicionais tendem a estudar os fatos de forma externa ao problema, sem influência pessoal do teórico.

“O construtivismo procura compreender como o mundo social se constrói e como as formas sociais do passado são reproduzidas e transformadas, enquanto que outras são concebidas nas práticas e nas interações da vida quotidiana dos atores”, Lança (2002:81). Este estudo da construção da realidade não se faz sem a intervenção de mecanismos de objetivação, de materialização, de estabilização das realidades sociais e de análise dos interesses individuais da sociedade, ou seja, não se procura estabelecer uma regra subjetiva para a explicação dos fatos, mas entende-se que a análise dos fatos sociais sofre influência subjetiva e objetiva.

A obra de Berger e Luckmann, “A construção Social da Realidade”, de 1966, inspirada em Schütz, teórico social, de quem os dois autores foram discípulos nos Estados Unidos, procura criar e defender pelo construtivismo o estudo dos indivíduos e de suas interações. Segundo Lança (2002:81), os autores determinam os princípios gerais do construtivismo, onde as relações sociais são

uma produção constante e contínua, e relatam uma nova forma de observar o conhecimento na construção das interações entre os atores. O construtivismo, como concepção ideológica, procura criar o ambiente mais agradável possível segundo a necessidade da sociedade, e defende que esta criação depende da própria sociedade.

A definição de construtivismo segundo Matui (internet:1996), se resume nas seguintes palavras, “é uma mudança de visão, onde não considera o conhecimento só pelo prisma do sujeito nem só pelo prisma do objeto, mas pela óptica da interação sujeito-objeto, assim ensaia-se definir o construtivismo como uma teoria do conhecimento que engloba numa só estrutura dois pólos, o sujeito histórico e o objeto cultural, com interação recíproca”.

Ainda segundo Lança (2002:81) “as realidades sociais, como por exemplo, as instituições, organizações, regras, convenções, objetos, são ao mesmo tempo exteriorizadas, objetivadas e interiorizadas pelos seres humanos, seja no conhecimento comum, nas representações ou nas percepções, seja no processo histórico da sua construção coletiva. A realidade social é ao mesmo tempo uma realidade objetivada, e igualmente uma realidade subjetivada, na medida em que é interiorizada no processo de socialização”. O mundo capitalista é experimentado como realidade objetiva, onde esta realidade é produzida e construída pelo indivíduo, segundo seus próprios interesses. Segundo Berger e Luckmann (1985:87) “A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O Homem é um produto social”. Neste mesmo pensamento, Becker (internet:1994) considera que “numa palavra todo o universo, nos níveis micro e macro, está em movimento. Se ele está em movimento, está se constituindo, isto é, construindo”

Em níveis gerais de estudo, segundo Matui (internet:1996), o construtivismo filosoficamente é transformista e relacionista, não é fixista e nem essencialista. Epistemologicamente é uma teoria interacionista e história de conhecimento, não

racionalista nem empirista. Psicologicamente é uma teoria cognitiva que tem por objeto a psicogênese da inteligência e dos conhecimentos e, por método, o método clínico crítico. Politicamente é um compromisso democrático e de transformação social. Logo, incluem-se, como conteúdos do construtivismo, o processo de construção e o produto. O construtivismo é sinônimo de valorização dos conteúdos, porque se há construção, é uma construção de conhecimentos.

Trazendo a discussão para uma análise geral das concepções de análises da realidade, Chauí (2002:252), relata que as principais concepções de ciência, correntes e ideais, podem ser classificadas, historicamente, em empirismo, racionalismo e o construtivismo. O empirismo toma o modelo de objetividade da medicina grega e da ciência natural do século XVII, o racionalismo está moldado segundo um modelo de objetividade e lógica, e o construtivismo defende que o modelo de objetividade advém da idéia de razão como conhecimento aproximativo.

Nesta mesma linha de pensamento, Matui (internet:1996), aborda que os pressupostos filosóficos compreendem que o construtivismo nasceram da síntese genial feita por Kant de duas correntes filosóficas opostas, o racionalismo e o empirismo. Para o primeiro, o conhecimento já está na razão, bastando ser explicitado; para o segundo, o conhecimento vem de fora, do objeto (estímulo), pela experiência. Kant cria o interacionismo, para o qual o conhecimento não vem só do objeto, mas pela óptica da interação sujeito-objeto.

Analisando mais afundo cada concepção, Chauí (2002:252), diz que a concepção empirista é a teoria que defende que o desenvolvimento intelectual é determinado pelo meio ambiente, ou seja, pela força do meio e não depende do sujeito, é de fora para dentro. O indivíduo não nasce inteligente e é submetido a estímulos externos que desencadeiam reações que são assimilados ou não. O desenvolvimento da inteligência estaria nestes estímulos e não no ser humano. Afirma que a ciência é uma interpretação dos fatos baseada em observações e

experimentos que nos deixam estabelecer induções, e que no momento em que completamos o processo empirista, esta oferece a definição e a compreensão do objeto. Esta concepção leva a entender que a experiência, além de confirmar e verificar os fatos, também tem a função de produzi-los.

Já a concepção racionalista propõe que o desenvolvimento intelectual é determinado pelo sujeito e não pelo meio, ou seja, de dentro para fora. Afirma que o indivíduo nasce inteligente e com o passar do tempo reorganiza a inteligência pelas percepções do meio ambiente. A capacidade de cada ser humano determina como ele percebe a realidade e isto independe de estímulos externos. A ciência é um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo como a matemática, logo, esta é capaz de provar os enunciados e resultados, sem deixar qualquer dúvida possível. Acredita que o objeto científico seja uma representação intelectual, universal, necessária e verdadeira das coisas representadas e correspondente à própria realidade. Segundo Chauí (2002:252), a realidade é racional e inteligível em si mesma, logo, as experiências científicas servem apenas para verificar e confirmar as teorias e não para produzir o conhecimento do objeto.

Segundo Chauí (2002:252), essas duas concepções possuem o mesmo pressuposto, ambas consideram que a teoria científica é uma explicação e uma representação verdadeira da própria realidade. A concepção empirista é hipotético-indutiva e a concepção racionalista é hipotético-dedutiva, em outras palavras, a concepção empirista defende que o meio induz, influencia o indivíduo e a concepção racionalista defende que o indivíduo deduz, analisa o meio matematicamente.

Por outro lado a concepção construtivista sugere que o desenvolvimento intelectual é determinado pela relação do sujeito com o meio, ou seja, segundo Chauí (2002:252), a teoria está baseada na idéia de que o ser humano não nasce inteligente, mas também não é totalmente dependente da força do meio. Pelo contrário, interage com o meio ambiente respondendo aos estímulos externos,

analisando, organizando e construindo seu conhecimento. A teoria defende que a partir do erro, ou seja, da experiência, é possível constituir o conhecimento através de um processo contínuo de fazer e refazer. Afirma que a ciência é uma construção de modelos explicativos para a realidade e não uma representação da própria realidade. São combinados dois procedimentos, um concebido pelos empiristas, e outro, concebido pelos racionalistas, a eles acrescenta um terceiro, que diz respeito à idéia de conhecimento aproximativo e corrigível.

Bezerra (2004:112) concorda no ponto em que diz que a realidade material existe e é externa ao homem, entretanto esta só pode ser conhecida pela linguagem, e a linguagem é identificada por identidades, interesses e comportamentos socialmente construídos, que geram as interpretações sobre o mundo. É fato que as escolhas e julgamentos dos agentes sobre suas ações e objetivos, no que diz respeito a riscos e ganhos, decorrem de seus interesses próprios, formados por suas experiências históricas, conseqüentemente, entra-se na discussão sobre valores que os agentes avaliam como positivos ou negativos.

Esta discussão traz à tona o principal objetivo deste trabalho, que compreende na observação de que a sociedade é movida por necessidades próprias, e conseqüentemente, por interesses próprios. Verifica-se que a sociedade é invadida por necessidades falsas e verdadeiras, interesses falsos e verdadeiros, segundo o bem estar e melhor qualidade de vida da maior parte da sociedade, e é neste momento que entra o papel do construtivismo, que procura colidir os interesses falsos e verdadeiros para estabelecer a melhor forma de interação social segundo o espaço e o tempo.

Como o racionalista, o construtivista exige que o método lhe permita estabelecer definições e deduções sobre o objeto, já como o empirista, o construtivista admite que a experimentação guie e modifique as definições e demonstrações do objeto. No entanto, segundo Chauí (2002:253), o construtivista não espera que seu trabalho apresente a realidade em si mesma, mas que este

ofereça estruturas e modelos de funcionamento da realidade, explicando os fenômenos observados. Não espera apresentar uma verdade absoluta, mas sim uma verdade aproximada que pode ser corrigida, modificada, abandonada por outras definições mais adequadas. A teoria tem três exigências de seu ideal, o primeiro sustenta que “haja coerência entre os princípios que orientam a teoria”, o segundo diz que “os modelos dos objetos sejam construídos com base na observação e na experimentação”, e por último que “os resultados obtidos possam não só alterar os modelos construídos, mas também alterar os próprios princípios da teoria, corrigindo-a”.

Seguindo esta linha de pensamento crítico às concepções tradicionais, Adler (Bezerra,2004:112) considera que o construtivismo é classificado como um meio termo na discussão epistemológica sobre a realidade e a capacidade do homem em conhecê-la. O construtivismo defende que a realidade ontológica sofre oscilações segundo o conhecimento intersubjetivo, ou seja, a linguagem ou a realidade é constituída por processos históricos vividos coletivamente, é o conhecimento intersubjetivo dos atores que interpreta o mundo em que vivemos.

Aprofundando até a análise do indivíduo, Bezerra (2004:113) defende que “para o construtivismo, é a identidade do ator que determina as preferências e as escolhas que esse realiza e não a maximização dos ganhos de fatores fixos, conforme pressupõem as perspectivas racionalistas”. Entretanto, esta importância à identidade não significa um individualismo metodológico, as identidades estão relacionadas à realidade e são construídas coletivamente, logo, se constrói uma estrutura intersubjetiva, e essa é responsável por dar significado à ação do agente.

A didática fundamental do construtivismo baseia-se na razão crítica, onde Chauí (2002:252), defende que “... a razão crítica é aquela que analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental e afirma que as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão verdadeiramente se tiverem como

finalidade a emancipação do gênero humano e não as idéias de controle e domínio técnico-científico sobre a natureza, a sociedade e a cultura”.

O construtivismo é, antes de tudo, gênese da mente e dos pensamentos. No construtivismo, mesmo o de Piaget (psicólogo), segundo Matui (internet:1996), a mente é de formação histórica, partindo do período de adualismo, isto é, uma globalidade de percepção ou não-percepção dos objetos distintos, passando pela gênese das atividades e dos afetos, chega-se à percepção e à consciência de si (sujeito) e do outro (objeto) pela internalização de percepções, movimentos e sentimentos.

A idéia de que o orgânico pressupõe o meio coincide com o que diz Wallon (Matui, internet:1996), “o indivíduo, se se compreende como tal, é essencialmente social. É-o, não na seqüência de contingências exteriores, mas na seqüência de uma necessidade íntima. É-o geneticamente. O indivíduo pressupõe o meio, no sentido de que o meio é indispensável para a própria construção do sujeito”. Em outras palavras, o indivíduo pressupõe a estrutura, todavia o indivíduo necessita da estrutura vigente para criar sua própria identidade e cultura, o indivíduo pode modificar a estrutura, e esta também pode mudar seus pensamentos.

A historicidade do sujeito é a base do construtivismo sócio-histórico, no fato de que a mente e o conhecimento têm formação social, portanto, segundo Matui (internet:1996) conclui-se que o sujeito humano também tenha origem social e histórica. A historicidade do sujeito consiste em que cada indivíduo é síntese das relações existentes e da história dessas relações, este é o resumo de todo o passado. A realidade material (econômico-social) e a sua história “determinam” não só a consciência, mas todo o ser humano, o sujeito e o seu pensamento são reflexos das múltiplas relações existentes na realidade material. O sujeito é sujeito na medida em que é sujeito histórico. É histórico na medida em que “traduz” sua organização biológica pelas ações próprias da cultura na qual vive. O homem, que é produto da história, é também autor e sujeito. Segundo Wachowicz (Matui,

internet:1996), “*é o homem que se autoproduz ao produzir a realidade na qual vive*”

Piaget (Matui, internet:1996), defende que o construtivismo tem um conteúdo dinâmico e dialético de funcionamento, o processo de construção, que Piaget, chama de invariantes funcionais são, em primeiro lugar a interação sujeito-objeto numa estrutura única bipolar como fonte geradora de conhecimentos, em segundo a equilíbrio como processo central, em terceiro a adaptação, assimilação, acomodação e organização e por último a experiência e abstração – passagem da ação para a conceituação.

As críticas mais freqüentes ao construtivismo afirmam que, apesar de oferecer uma alternativa relevante para questões ontológicas e epistemológicas que evidenciaram limites importantes das teorias convencionais, falta-lhe um programa de pesquisa que demonstre a força analítica do novo paradigma.

Segundo Matui (internet:1996), os indivíduos são responsáveis pelas ações tomadas, estes também são responsáveis pelas conseqüências. A formação do indivíduo vem de forma objetiva em relação aos fatos e subjetiva na própria formação destes fatos. O indivíduo é o autor e o sujeito do ambiente em que vive, logo, na medida em que os indivíduos tomam decisões, estes estão sendo sujeitos de um fato que está acontecendo, estes também estão construindo fatos históricos, que posteriormente serão analisados pelos próprios indivíduos formadores e sujeitos no momento das ações.

Conclui-se neste primeiro subcapítulo que o construtivismo tem como seus principais ideais a interação do sujeito e do objeto na análise dos fatos sociais. A realidade social e cotidiana é construída através dos indivíduos, ao mesmo tempo em que esta realidade exercita grande influencia na criação de identidade dos próprios indivíduos. Os indivíduos pressupõe a estrutura ideológica, mas esta também influencia as interações sociais, o indivíduo é autor, observador e sujeito

do espaço e tempo em que vive, este tem o poder de modificar e também pode sofrer modificações estruturais.

1.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Entrando na disciplina de Relações Internacionais e focando nossa análise na discussão estrutura x agente, este subcapítulo busca em Wendt, Ruggie, Giddens, entre outros, defender a idéia de que o indivíduo influencia a estrutura que o rege, e que este indivíduo tem poder e dever de moldá-la trazendo um maior entendimento das relações internacionais. Também este subcapítulo trata um pouco sobre a discussão pós-positivista *versus* positivista.

Grande parte dos estudiosos das Relações Internacionais considera que na medida em que uma referência empírica se torna mais abrangente, mais abstratas as teorias irão se tornar, rogando menos aos significados intersubjetivos entre os participantes dos processos empíricos e mais sobre o jogo das grandes forças estruturais. Segundo a concepção construtivista (Griffiths,2004:290), se os atores não puderem realizar ações e forças para modificarem as “estruturas” que determinam seus comportamentos, logo não há razão para instruí-los. Segue-se que o objetivo de nossa teorização é aumentar o entendimento sobre as relações políticas econômicas e sociais no cenário da sociedade internacional, observando e analisando a estrutura e a dinâmica do sistema capitalista internacional.

Segundo Soares de Lima e Nogueira (internet:2004), desenvolvimentos teóricos recentes na teoria social sugerem sérias limitações analíticas das teorias convencionais de Relações Internacionais. A emergência da perspectiva construtivista questionou as representações naturalizadas do cenário internacional e introduziu a questão da identidade e da formação dos interesses dos agentes internacionais que as teorias convencionais tendiam a desconsiderar. As necessidades individuais começaram a ter grande importância no âmbito

internacional, determinando uma mudança de paradigma na análise dos fatos sociais.

Nesta mesma abordagem construtivista do estudo das Relações Internacionais, surgiu no processo de análise crítica das duas principais estruturas teóricas dominantes, o neo-realismo e o neoliberalismo. Segundo a concepção construtivista (Griffiths,2004:291), apesar das discordâncias existentes entre os neo-realistas e os neoliberais, estes têm em comum um compromisso com o atomismo ontológico e o positivismo epistemológico, em outras palavras, buscam a explicação dos fatos de modo objetivo, como se estivessem fora da estrutura e das ações tomadas.

O sistema de crença básica dos neo-realistas e neoliberais está fundado numa ontologia realista, ou seja, a análise do que se vê, do que é material, do fato puro e simples, sem considerar relações subjetivas. Seguindo esta questão, percebe-se que estes praticam uma epistemologia positivista, que diz respeito à relação entre o investigador e o objeto da investigação. Segundo Wendt (Griffiths,2004:292), os neo-realistas e os neoliberais defendem que “o pesquisador deverá se colocar atrás de uma parede grossa de vidro espelhado, observando o mundo real racionalmente. A objetividade é o ponto arquimediando que permite ao pesquisador descobrir a forma pelas quais os Estados se comportam sem alterá-la de alguma maneira”. Todavia como pode tal observação acontecer sem a própria possibilidade de preconceito do pesquisador.

Bezerra (2004:112), baseado na perspectiva construtivista, demonstra que os mecanismos individuais que possibilitam a cooperação internacional nos forçam a considerar a influência de fatores subjetivos no comportamento dos atores envolvidos, conseqüentemente, os pressupostos do ator estatal e da racionalidade na busca do poder bélico-estratégico, para os neo-realistas, ou econômico, no caso dos neoliberais, não nos fornecem instrumentos analíticos adequados.

As respostas positivistas originam do fato que os pesquisadores defendem o uso de uma metodologia manipuladora que controle os preconceitos e os métodos empíricos, que deixem claro com antecedência o tipo de evidência necessária para apoiar as hipóteses empíricas. Segundo às teorias pós-positivistas (Griffiths,2004:292) os neo-realistas e os neoliberais discordam, no entanto, sobre diversos pontos essenciais, como por exemplo, as implicações da anarquia, as possibilidades de cooperação internacional, se os Estados buscam ganhos relativos ou ganhos absolutos de poder e riqueza, a hierarquia das metas dos Estados, os atores do sistema internacional, o impacto das instituições e dos regimes internacionais. O construtivismo não deixa de ter interesses em assuntos teóricos tão contemporâneos, mas visão positivista, tais assuntos são observados dentro de uma camisa de força conceitual não conseguindo responder a perguntas sobre os relacionamentos entre os atores e as estruturas internacionais que os comportam.

Segundo Herz (Bezerra,2004:111) “desde meados da década de 1980, pôde-se observar uma crescente preocupação com o papel dos fatores subjetivos no estudo das relações internacionais”. Devido a essa preocupação, a teoria das relações internacionais trouxe à tona assuntos como o papel da cultura, das idéias e da identidade para realizar a análise dos fenômenos. Percebendo que a sociedade é baseada em necessidades, e que a principal necessidade atual é a valorização do ser humano, as Relações Internacionais começam a envolver questões subjetivas na análise dos fatos sociais, e não tentar tratar os fatos sociais como fatos matemáticos.

Herz (Bezerra,2004:111) ainda argumenta que “a pesquisa construtivista insere-se nesse processo e caracteriza-se pela preocupação em analisar não apenas o comportamento dos atores, mas também, as formas como esses atores interpretam e atribuem sentido às suas ações e ao contexto que os circunda”. É nesse ponto que o construtivismo enfatiza a função do conhecimento

intersubjetivo na interpretação e análise dos fenômenos sociais, dentre os quais os internacionais.

A partir dos contrastes e críticas às teorias convencionais, Wendt (Griffiths,2004:292), propõe que “o construtivismo é uma teoria estrutural do sistema internacional que faz as seguintes reivindicações centrais, primeiro a de que os Estados são a unidade principal de análise para a teoria política internacional, segundo que as estruturas-chave no sistema de Estados são mais intersubjetivas do que materiais, e por último que os interesses e as identidades dos Estados são construídos, em grande parte, por essas estruturas sociais, em vez de serem fornecidos de modo exógeno ao sistema, pela natureza humana ou pela política doméstica. Existem muitas teorias que examinam a lógica interna das estratégias dos Estados em relação a outros atores internacionais, especialmente usando uma teoria de jogo sofisticada. Todavia falta literatura no momento em que necessita de explicações sobre as fontes destes jogos específicos, falta uma teoria de preferências e ação dos Estados”.

Wendt (Griffiths,2004:293), ao se concentrando no trabalho de Immanuel Wallenstein, demonstra que o autor movimentava a partir da estrutura (sistema capitalista mundial) para os agentes (atores no sistema mundial), invertendo o procedimento convencional. O sistema capitalista mundial é concebido como um objeto de estudos independentemente das ações que o produz. Trabalhando desta forma, deixa de compreender que apenas a ação humana que exemplifica, reproduz e transforma as instituições e as estruturas da vida social. O sistema internacional necessita de uma ontologia que ultrapasse a tendência de tratar a ação e a estrutura como lados opostos, sendo que a estrutura é consequência da ação, entretanto a própria estrutura vigente influencia a ação do agente.

Na mesma linha de pensamento, Bezerra (2004:114) atribui que “a estrutura intersubjetiva constrange o comportamento do ator ao mesmo tempo em que esse a constitui e modifica”. O construtivismo possibilita um novo raciocínio e

mudança do ambiente internacional, a identificar que o conhecimento intersubjetivo permeia os atores e a estrutura. Logo a idéia de poder no âmbito das relações internacionais significa a capacidade que o ator tem em modificar e redefinir regras comuns à estrutura, e não a idéia de poder bélico ou econômico.

Segundo a concepção Griffiths (2004:294), “Alexander Wendt acredita que os estudiosos de relações internacionais deveriam adotar os princípios fundamentais da teoria da “estruturação” onde relata que, os agentes não existem independentemente das estruturas que os cercam, mas, ao mesmo tempo, essas estruturas não existem independentemente de sua reprodução (e possível transformação) pelos agentes. Daí a importância de prestar atenção a essa co-constituição de agentes e estruturas”. As estruturas são inseparáveis das razões e compreensões que os agentes trazem para suas ações. Isto não significa que as estruturas são redutíveis ao que os agentes pensam, mas que a existência e a operação das estruturas sociais dependem da compreensão de si mesmo. Wendt ainda aborda que os agentes “agem com base nos significados que os objetos têm para eles, e os significados são construídos socialmente”.

O exercício de poder está relacionado à capacidade de modificar e gerenciar significações e regras à estrutura e à identidade dos atores. Segundo Adler (1999:206) apud Bezerra (2004:115) diz que “o construtivismo é uma teoria social na qual as teorias construtivistas de política internacional se baseiam”. Pensar as relações internacionais não se limita apenas em estudar as interações dos Estados, mas considerar que a estrutura internacional pode sofrer mudanças a partir, até mesmo, de fatores internos dos próprios Estados. Assim como os Estados não são unificados e sofrem mudanças a partir de um ação única, o meio internacional da mesma forma sofre estas mudanças.

Tentando exemplificar estes fatos, Bezerra (2004:116) coloca que movimentos internos aos Estados, que partiram de ações únicas de identidade e interesse conseguiram mudar grandes pensamentos internacionais, como por

exemplo, o Movimento Sem Terra no Brasil, alcançando magnitude internacional e criando redes de apoio internacional, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador – Conaie – mobilizando a sociedade internacional, cenários como a Argentina pós-crise, ou a Venezuela na eleição de Hugo Chávez para presidente de Governo, sem citar as FARC na Colômbia. A perspectiva construtivista possibilita a análise das relações internacionais para além do mundo interestatal, mas considera a existência de outros mundos de influência internacional.

John Gerard Ruggie elabora em seu livro “*Constructing the World Polity - Essays on international institutionalization*” (1998), a partir da crítica ao instrumentalismo e ao neo-utilitarismo, o construtivismo social. Segundo Stuart (1998:12), Ruggie propõe a construção de conceitos apropriados que possibilitem uma descrição “densa”, com o objetivo de superar as visões tradicionais, criticadas por considerar as instituições como meros instrumentos.

O construtivismo, segundo Ruggie (Stuart,1998:12), considera que os interesses e preferências dos atores internacionais são sempre socialmente construídos num processo de natureza endógena, e os condicionamentos estruturais ou as “exigências situacionais” (exógenas) não podem constituir-se no centro da explicação da conduta desses atores nem podem ser considerados como o único objetivo de pesquisa científica. Tenta apresentar uma terceira via que supere ambas as visões tradicionais do realismo e liberalismo, mesmo nas versões “neos” dos anos 80s.

Soares de Lima e Nogueira (internet:2004), na mesma concepção de Ruggie, dizem que uma das principais limitações analíticas das teorias convencionais, principalmente o realismo, e a escola inglesa, o institucionalismo liberal – foi ter partido de uma representação polar do ambiente internacional, hobbesiano para os realistas, grociano para a escola inglesa e os institucionalistas e kantiano para os críticos das teorias convencionais. Na medida em que a

anarquia é concebida como um contexto estratégico em que atores instrumentais buscam maximizar, sob restrições, interesses individuais, resultados internacionais, tais como processos de cooperação e conflito, a questão da participação e funcionamento das instituições entre outros, estes são entendidos como resultados contingentes das escolhas e da interação de atores estratégicos, movidos por interesses individuais, em uma estrutura de incentivos e oportunidades dada.

Além disto, Ruggie (Stuart,1998:12) diz que problemas relativos aos fatos sociais, à questão da causalidade e às explicações (narrativas) são apresentados para mostrar a existência de uma alternativa entre o “positivismo lógico” e o “caos epistemológico”. A conclusão de Ruggie sobre a ontologia dos regimes – de natureza intersubjetiva – leva-o a considerar como insuficiente uma postura epistemológica de espectador. A resistência ao modelo científico das ciências sociais fica clara no tratamento da relação objeto-sujeito.

Desde as diferentes teorias de integração dos anos 60, passando pelos enfoques de materialismo histórico dos anos 70 e as correntes neo-realistas e neoliberais institucionalistas dos anos 80, Stuart (1998:12) escreve que Ruggie avança na proposta de teorizar considerando ciclos longos, fatores relativos, assim como a formação e transformação das estruturas sociais.

Segundo Stuart (1998:12) o construtivismo está interessado em fazer as circunstâncias, sem cair no subjetivismo nem no idealismo. O debate agente-estrutura permeia a proposta constantemente. Segundo Ruggie (Stuart,1998:12), interesses são unilateralistas realistas e identidades são multilateralistas liberais. Quando Ruggie pondera que “a liderança criativa de uma organização internacional é o construtivismo social em ação”, mostra que é possível o caminho da coerência entre teoria e prática.

Segundo Giddens (1999:74) “a liberdade deveria significar autonomia de ação, o que por sua vez exige o envolvimento da comunidade social mais ampla. Tendo abandonado o coletivismo, a política da terceira via busca um novo relacionamento entre o indivíduo e a comunidade, uma redefinição de direitos e obrigações”. O indivíduo se torna responsável pela comunidade e pela estrutura que a rege, assim como a comunidade é responsável por prover justiça ao indivíduo.

Em suma percebe-se que o agente é completamente capaz de modificar a estrutura vigente e que de acordo com a necessidade da sociedade a estrutura é manipulada para atender melhor segundo espaço e tempo, na tentativa de melhorar o bem estar social e melhoria da qualidade de vida do indivíduo. Saltando para a análise da ideologia capitalista como estrutura vigente no âmbito internacional, percebe-se que a sociedade tende a uma nova necessidade de valorização do ser humano, e que a sociedade força o sistema capitalista a se modificar de acordo com esta necessidade, se o sistema não se modificar, este vai a falência assim como o sistema socialista e muitos outros que não se modificaram para atender as necessidades da sociedade.

2. CAPITALISMO – AVANÇOS TECNOLÓGICOS INEVITÁVEIS – CONSCIÊNCIA, TRANSFORMAÇÃO E ASSIMILAÇÃO

Este capítulo tem o interesse de, a partir da análise do construtivismo, elaborar um estudo sobre a estrutura econômica vigente, o “capitalismo”, procurando mostrar que o capitalismo é o sistema mais flexível até o presente momento para atender às necessidades da sociedade. Em um primeiro momento busca-se conceituar a ideologia capitalista, assim como a perspectiva construtivista, ou seja, buscando uma análise de seus princípios e regras predominantes, e em segundo, discuti-se os avanços e transformações que esta ideologia teve que enfrentar para se adaptar segundo as tendências e necessidades da sociedade internacional. Durante a análise deste capítulo, verifica-se em alguns pontos específicos como a democracia tem ajudado no avanço e transformação do sistema capitalista.

O objetivo primordial é demonstrar o quanto o capitalismo é flexível em relação a forças externas e necessidades apresentadas pela sociedade, relatando que o capitalismo é o sistema que melhor se adaptou e se mobilizou para atender os anseios da sociedade sem infligir seus próprios princípios, até os dias atuais. Em primeiro lugar, o capitalismo passou por fases de transformação, desde a época selvagem da industrialização, até a era da alta tecnologia, ou era da informática, o capitalismo vem se transformando de acordo com a necessidade da sociedade. E é isto que o sistema prega que, de acordo com a necessidade de consumo da sociedade, o sistema se modifique na relação estrutura x agente.

2.1 TRANSFORMAÇÕES

Este subcapítulo procura apresentar as transformações e revoluções que o sistema capitalista enfrentou, detalhando as críticas e réplicas à ideologia capitalista. Há trezentos anos a vida era quase tão diferente da vida de hoje, como a Idade Média esteve longe de imaginar a era da tecnologia. As empresas não

colocavam nenhum medo ao cenário entre Estados, e os mercados de muitas formas já existiam há centenas de anos. A atividade capitalista também existe há séculos, segundo Finkelstein (1993:17), “o capitalismo não é um sistema estático, ele varia em lugares e épocas diferentes e se tem mostrado extraordinariamente adaptável e elástico em resposta às pressões políticas e sociais divergentes”. Todavia, alguns conceitos são sólidos como, o capital, mercados, organizações comerciais, capacidade empresarial pública e privada.

O termo capitalismo não é uma ideologia tão recente, todavia teve seus principais desafios nos últimos cem anos, em torno de sua história, o capitalismo tem recebido frequentemente conotações ideológicas negativas. Segundo o Boudon e Bourricaud (1993:41), em seu Dicionário Crítico de Sociologia, essas conotações vieram, em grande parte, por meio de ideologias concorrentes, como por exemplo, os socialistas e os comunistas, os quais identificam a sociedade capitalista à idéia de uma exploração sem piedade (especialmente Aron e Parsons), retomando uma expressão de Auguste Comte e de Spencer, preferiram chamar de sociedade industrial em vez de sociedade capitalista.

Embora estejam altamente ligadas, essas duas concepções não podem ser tratadas como significados similares, a sociedade industrial e a sociedade capitalista são termos diferentes e muitas vezes confundidos. “De fato, o processo capitalista é o passo inicial para a origem do processo de industrialização, já que são as sociedades capitalistas que historicamente aparecem como as primeiras sociedades industriais, Boudon e Bourricaud (1993:41). A organização capitalista possui algumas características comuns a todas as sociedades industriais e, conseqüentemente, às próprias sociedades socialistas.

Fukuyama (1993:02) vai mais além ao dizer que, “ao invés do capitalismo levar inexoravelmente ao socialismo, o socialismo é que tem aberto caminho inexorável ao capitalismo”. As duas grandes razões para que houvesse essa inversão, contra a teoria de Joseph Schumpeter, foram a evolução no caráter do

progresso de industrialização e um crescente consenso relativo à legitimidade da democracia liberal.

Mesmo na fase de grande industrialização da antiga União Soviética Socialista, os camponeses foram atraídos e até arrancados dos campos para as grandes cidades industriais. Tradicionais grupos e formas sociais de administração foram substituídos por modernas formas racionais e burocráticas, conseqüentemente, Fukuyama (1993:03) defende que mesmo no processo de industrialização capitalista, os níveis gerais de educação, tanto das massas quanto das elites, se elevaram substancialmente. Todavia o socialismo fracassou como um sistema econômico, porque se notou a incapacidade de alcançar a modernidade industrial e os avanços tecnológicos de sua sociedade, ou seja, o socialismo não foi capaz de acompanhar o crescimento e desenvolvimento das nações do mundo.

As principais características que, na mesma linha de pensamento, Boudon e Bourricaud (1993:41) defendem que estão relacionadas ao capitalismo dizem respeito ao nível elevado da produtividade, “(às condições do trabalho e do capital fixo entre os fatores de produção), ao estreito vínculo entre a ciência e a tecnologia de um lado e à produção de outro, elas compreendem fenômenos como o consumo de massa, a padronização dos produtos e das necessidades que esses produtos devem satisfazer”. Essas características não são independentes, o capitalismo é um sistema formado, onde existem relações complexas da sociedade entre a tecnologia, a produção, a produtividade, o montante e distribuição das rendas entre as diferentes categorias da população, o nível e a natureza do consumo público e o consumo privado. Os valores diferentes assumidos por essas diversas variáveis permitem, no conjunto das sociedades industriais, distinguir um subconjunto capitalista e um subconjunto socialista.

Ainda a respeito das características do capitalismo que estão correlacionadas a variante do processo de industrialização, Boudon e Bourricaud

(1993:42) chegaram a conclusão, de que são levados a destacar traços que dizem respeito à hierarquia dos agrupamentos e à articulação das instituições. A sociedade capitalista, como toda sociedade industrial, caracteriza-se pela ascensão dos comerciantes, dos industriais, dos assalariados e dos dirigentes do comércio e da indústria.

De acordo com o pensamento de Finkelstein (1993:17), ligado às características do capitalismo, é complicado haver avanços tecnológicos no capitalismo sem o capital, o acúmulo e a utilização de recursos com objetivos de investimentos na sociedade e na economia. Os ganhos e retornos do capitalismo são de longo prazo. Primeiro há o acúmulo e a produção, para depois ocorrer os investimentos necessários. Além do capital, é necessário haver mercados, para ocorrer as transações de oferta e procura da sociedade, a organização comercial e o lucro são outras necessidades básicas ao capitalismo, onde diferentes sociedades definem estes termos à sua maneira, gerando ramificações a essas variações. Os empresários são outro ponto específico do sistema capitalista, que podem se reunir em grupos, como por exemplo, o Ministério de Comércio Internacional e da indústria do Japão. Logo, o capitalismo não funciona bem sem o empresariado e um sistema de valores que aceite ganhos materiais entre as pessoas.

Como bem observou Marx (Boudon e Bourricaud,1993:42), o trouxe um certo costume aos produtores que se tornaram livres de restrições culturais e sociais, políticas e até econômicas, tornando-se mais fácil a ascensão destes produtores, que não vêem livres para o crescimento econômico. "Na ordem econômica, os produtores estão livres do jugo, mas também da projeção das confrarias e das corporações graças ao abrandamento das exigências, no que se refere ao recrutamento dos trabalhadores, à sua formação e disciplina que estes são submetidos, ou seja, um contrato formalmente livre". Essa relação que se encarna no salário constitui uma das instituições características do capitalismo, a

constituição de um “Mercado de Trabalho” aparece como uma das condições de toda a decolagem econômica.

Marx diz que na ordem política a emancipação traduz-se pela liquidação da velha sociedade de ordens hierárquicas, essa liquidação ora exige uma revolução anterior que transforme súditos em cidadãos, ora procede gradualmente pela generalização de direitos cujo exercício é essencial ao desenvolvimento da vida econômica. Ela se limita então a uma transformação do direito de propriedade, do sistema fiscal e do direito das pessoas. Nos dois casos a emancipação econômica é indissociável de um processo de transformação profunda da sociedade política.

Na ordem cultural e social, percebe-se que os novos serviços demandados pelo capitalismo trouxeram um questionamento sobre a hierarquia dos valores tradicionais da sociedade, ou seja, é necessário que a concepção tradicional mais ou menos estática de necessidades naturais e bem ordenados dê lugar a uma concepção na qual procura uma aspiração que defenda legitimamente a satisfação na posse e no gozo de bens e serviços novos, disponíveis em quantidades crescentes.

Essa emancipação, ou seja, da ordem política, da ordem econômica e da ordem cultural, que Marx aborda, não assegura, segundo Boudon e Bourricaud (1993:43), “nem a liberdade filosófica do homem capitalista nem a retidão das escolhas que ele é levado a efetuar na qualidade de agente político e econômico”. Os sofrimentos infligidos aos trabalhadores da primeira fase da industrialização são muitas vezes apresentados, ao menos de maneira implícita, como a contra partida da decolagem e do progresso econômico ulterior. “De fato, em longo prazo, a elevação do nível de todas as categorias e especialmente dos operários da indústria é incontestável. Contudo, se parece impossível ver no capitalismo uma máquina de empobrecimento das massas, porquanto alguns pontos são pertinentes para limitar o otimismo dos liberais”, Boudon e Bourricaud (1993:43).

Todavia, assim como Finkelstein esclareceu mais acima, o capitalismo não é um sistema estático, ele se molda de acordo com as necessidades levantadas, e percebendo que Marx havia colocado argumentos fortes de crítica em relação ao capitalismo, este não teve medo em se flexibilizar para respondê-las, por exemplo, os trabalhadores conseguiram tantos direitos e benefícios, ao contrário dos empregadores que não tiveram o crescimento de seus direitos na mesma proporção.

Tendo noção dos elementos básicos, Finkelstein (1993:18), volta-se a uma breve análise sobre as três principais revoluções no capitalismo. A primeira revolução foi quando a Europa percebeu que havia uma necessidade de acumular recursos, trabalhar talentos e cultura, gerando um desenvolvimento econômico e avanços tecnológicos em infra-estrutura, culminando na Primeira Revolução Industrial. Pela primeira vez na história o homem conseguiu eliminar o problema da escassez na sociedade, “os ricos ficaram mais ricos, mas os pobres ficaram mais ricos ainda em medidas proporcionais, principalmente com a proliferação de bens essencialmente públicos como a água pura, a remoção de despejos e águas servidas de esgotos, e mais alimentos para a sociedade”, Finkelstein (1993:18). Entretanto, o mais importante, e que favoreceu a segunda e a terceira revolução industrial foi a proliferação e sistematização do conhecimento científico para o uso industrial.

A segunda revolução no capitalismo, segundo Finkelstein (1993:18), ocorreu sob a liderança estadunidense, onde as principais indústrias não tiveram foco na agricultura, fibras ou minerais, mas vieram através de progressos na iluminação, energia, comunicação, bens de consumo, transporte, entretenimento e materiais novos. Novamente se verifica grandes avanços tecnológicos e ganhos proporcionais. Surgiram empresas com uma alta produção em escala, visando altamente o lucro, logo, este momento foi, na verdade, o grande crescimento desenfreado das produções capitalistas, essas empresas promoveram um capitalismo selvagem, provocando problemas sociais de grande magnitude,

forçando a sociedade a criar “contrapesos” ao capitalismo para balancear o sistema.

A sociedade percebeu que precisava aumentar a qualidade de vida dos indivíduos, pode-se dizer que, os maiores ganhos em inovação social e educacional sobre projetos ligados às necessidades médicas dos pobres, dos incapacitados, dos idosos, crianças, mulheres, entre outros, surgiram onde havia maior influência democrática e um sistema capitalista capaz de realizar esses projetos de forma viável e significativa. Através deste primeiro passo da economia capitalista e da democracia, problemas como exploração infantil, pobreza, trabalho injusto e desigual para com as minorias, discriminação, se tornaram cada dia mais intoleráveis e inaceitáveis na sociedade. Todavia, nem a primeira, nem a segunda revolução industrial mostraram preocupação com o meio ambiente explorado pela sociedade e com a valorização do ser humano, por mais que as pessoas ganhassem infra-estruturas e comodidades de bens e serviços, o foco estava sob o produto e o lucro e não sobre o ser humano.

Segundo Finkelstein (1993:18), “o lema era jogar fora!”, “o oceano era suficientemente profundo para receber todos os nossos refugos”. Mesmo assim, a área de proteção ambiental dentro do capitalismo, com seu crescimento econômico e desenvolvimento dinâmico, tinha maior atenção do que em sistemas econômicos autoritários e não democráticos.

Na mesma linha de pensamento, Boudon e Bourricaud (1993:44) concordam que inicialmente, o nível de vida eleva-se num ritmo muito desigual, conforme os períodos e conforme as categorias de beneficiários. Ainda hoje, o processo capitalista caracteriza-se por sua capacidade de excluir uma parte considerável da população, onde essas desigualdades são denunciadas como injustiças, visto que, aos olhos da ideologia igualitária, toda desigualdade é uma injustiça. Pode-se argumentar que, pelo mecanismo de etapas, que os desfavorecidos de hoje serão compensados a prazo, mas este argumento não é

nem muito claro nem muito sólido. A organização capitalista é apresentada como radical e irremediavelmente injusta, pelo menos por duas razões: diz-se que ela é uma sociedade de classes e uma sociedade baseada no lucro.

Boudon e Bourricaud (1993:44) continuam a argumentar que a divisão em classes seria uma consequência direta da acumulação capitalista, essa concepção extrema da luta de classes nas sociedades capitalista é insustentável. Para começar, onde colocar os grupos intermediários (camponeses, artesãos, empregados, funcionários públicos) cuja decadência fora anunciada pelos primeiros teóricos socialistas, e que sentido atribuir aos técnicos, organizadores, gerentes e dirigentes assalariados no Mercado de trabalho. A sociedade capitalista evoluiu segundo linhas diferentes do esquema que interpreta todos os conflitos, como a luta de morte entre duas classes definidas, uma como portadora da força de trabalho e outra como detentora dos meios de produção.

Críticos ao capitalismo esclarecem que o capitalismo pode funcionar, pode por fim a fome, pode gerar abundância, erradicar doenças, permitir que a média de vida salte dos 18 anos, em 1800, para 75, nos 1980, pode até promover liberdades sem precedentes, contudo há um problema no momento em que os seres humanos vivem vidas vazias. Segundo Novak (1991:08) a democracia contribui para o capitalismo no momento em que afirma que este é um estilo de vida que promete três libertações institucionais – a libertação da tirania e tortura; libertação da opressão de consciência e de idéias; e a libertação da pobreza. Essa concepção não é uma ordem social para satisfazer a pessoa ou ensiná-la sobre como viver, entretanto, o capitalismo cria espaço para que as pessoas possam fazer suas próprias escolhas.

A globalização capitalista é uma realidade que não está limitada a uma continuação de anos anteriores, a maior parte do comércio continua sendo regional, segundo Giddens (1999:40), todavia os mercados financeiros atingem grande âmbito mundial. Outro fator importante é entender que a globalização

capitalista não está limitada ao cenário econômico, mas transcende as barreiras de espaço e tempo em nossas vidas, vislumbra-se nesta globalização, que as identidades individuais, as culturas, a política, a sociedade civil, os Estados, são todos peças importantes em um cenário globalizado, e que por exemplo, temas como direitos humanos e preservação do meio ambiente, ganham grande importância frente às necessidades econômicas. As revoluções na comunicação e na tecnologia da informação estão profundamente ligadas ao processo de interdependência da sociedade, ou seja, eventos econômicos distantes nos afetam em pouco tempo e diretamente em nossas vidas, ações que tomamos individualmente podem ter grandes implicações globais.

Segundo Finkelstein (1993:19) uma revolução industrial não nasce ao acaso, e de acordo com as explicações do construtivismo, esta revolução vai construindo pequenos rompimentos com a sociedade atual e criando bases para uma mudança de paradigma, que nesta época está se formando e se transformando. Até meados do pós-Segunda Guerra Mundial, a sociedade se encontrava em um gerenciamento convencional, sem ousadia científica, todavia duas décadas depois o mundo estável cedeu lugar a grandes descobertas científicas e à revolução tecnológica. Embora muito dinâmica e flexível, a terceira revolução capitalista, ou seja a revolução tecnológica, é a esperança da sociedade internacional em maximizar os ganhos à toda população. Essa terceira revolução é real e irreversível, ganhará cada dia mais espaço no mundo, chegará e afetará nossa vida nos próximos anos. Os aspectos científicos e tecnológicos são mais fáceis de descrever, os microprocessadores; manufatura, desenhos e controle de produção por computadores integrados; fibras óticas e telecomunicações; biogenética e bioagricultura; e lasers e holografia, compõem estes avanços.

Em menos de duas décadas os chips conquistaram espaços em nossas vidas, o computador é cada dia mais um objeto comum da sociedade, cada vez mais, a produção é dominada pelas máquinas inteligentes administradas por um outro computador, robôs são controlados por sensores e programados por chips

avançados. Segundo Finkelstein (1993:19), Trigos livres de fungos, animais sem doença, novas técnicas agrícolas nos dão esperança de alimentar milhões de pessoas não beneficiadas atualmente.

Segundo Fukuyama (1993:03), devido à era da informática, ou era da tecnologia, na sociedade pós-industrial o socialismo não conseguiu suportar um mundo de constantes inovações e descentralização de poder, já o próprio socialismo constituía-se por um planejamento central e um poder único centralizado de decisão econômica. Fukuyama (1993:03) defende que “o capitalismo se identifica como um sistema adequado em promover um salto de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial”, onde continua a esclarecer que em um momento além do capitalismo, existe uma forte relação entre desenvolvimento e democracia, liberdade de escolha, variação de interesses e concorrência de idéias. Notou-se que os países desenvolvidos não só se democratizaram com maior rapidez, mas também se desenvolveram economicamente enquanto economias capitalistas, produzindo grandes avanços tecnológicos com benefícios à sociedade.

A necessidade de reconciliar os dados da experiência como esse esquema pretensamente científico foi satisfeita, segundo Boudon e Bourricaud (1993:44), pela afirmação de que a multiplicidade dos grupos intermediários seria apenas aparência, com a qual se enganavam ingenuamente os empiristas, enquanto a estrutura profunda é constituída pela oposição entre dominantes e dominados, o qual constitui a essência do regime. Esse primeiro dogma é sustentado por um outro, segundo o qual lucro e exploração são sinônimos.

Voltando-se ainda às respostas de Boudon e Borricaud (1993:44), essa interpretação propagada pela ortodoxia socialista opõem-se diversas interpretações revisionistas, que colocam em destaque a evolução institucional das sociedades capitalistas. Na empresa moderna, toda sorte de direitos, em particular os dos assalariados, tornaram-se oponíveis aos dos proprietários, além

disso, os proprietários raramente são pessoas físicas, estes são pessoas jurídicas, que agem através de instâncias representativas. Os revisionistas, Burham e Galbraith, não cessaram de afirmar que a propriedade e o controle da empresa estão separados, vários acionistas e sócios contentam-se em receber seus dividendos, não participando da condução dos negócios.

Trazendo a tona valores que Giddens (1999:76) chamou em seu trabalho de a “Terceira Via” entre o social e a economia, estes se fazem importantes para esta análise. A globalização é algo inevitável na sociedade, e o individualismo é crescente na sociedade capitalista, todavia este individualismo não destrói a autoridade democrática vigente, mas força a remodelação da mesma, exigindo que a sociedade/indivíduo participe de forma mais ativa nas tomadas de decisão e na responsabilidade por nossas ações. A igualdade, a proteção aos vulneráveis, a liberdade com autonomia são máximas defendidas por Giddens, assim como as máximas, “não há direitos sem responsabilidades” e “não há autoridade sem democracia” são norte da política da terceira via.

“Ciência e tecnologia não podem ser deixadas fora do âmbito da democracia, uma vez que influenciam nossas vidas de uma maneira mais direta e de mais longo alcance do que ocorria com as gerações anteriores”, Giddens (1999:78).

Segundo Boudon e Bourricaud (1993:45) o lucro foi apresentado pelos socialistas, e especialmente por Marx, como um sobretrabalho de que os capitalistas se apoderam, este não seria nada mais que a outra face da exploração operária, logo, o lucro deve ser reconhecido como regulador insubstituível do sistema capitalista, talvez mesmo de uma organização industrial. O lucro da firma não constitui, mesmo em regime capitalista, o único critério que permite escolher entre os diversos empregos possíveis dos recursos coletivos. De fato, as externalidades negativas que a firma impõe ao seu meio ambiente natural

e social podem entrar em conflito com os interesses desta ou daquela categoria de agentes empregados na firma, sem mesmo fazer referência ao interesse comum.

Pelo fato de, na sociedade capitalista, o lucro se definir não globalmente, no nível de toda a sociedade, Boudon e Bourricaud (1993:45) esclarecem que o vínculo entre lucro e propriedade é muito estreito. É verdade que a agregação dos lucros obtidos nas firmas individuais afeta, pela variação da massa monetária e da taxa de juros, o volume do consumo, da poupança e dos investimentos que se realizam globalmente na sociedade, todavia as grandes decisões continuam a ser comandadas em grande medida por antecipações de lucro.

Continuando sua argumentação, Boudon e Bourricaud (1993:46) defendem que um capitalismo sem proprietários é tão pouco concebível quando sem empresários, o próprio Schumpeter insistiu na importância de uma certa individualização da iniciativa e do risco no sistema capitalista. Uma outra maneira de caracterizar o regime capitalista é observar que nele o Estado ou o poder público não exerce as responsabilidades últimas na gestão da economia, antes apóia o mercado e é apoiado pela economia. A substituição dos capitalistas pode ser também feita por dirigentes sindicais ou por representantes eleitos pelos próprios empregados, entretanto, não se pode deixar de enunciar duas questões, ou os novos dirigentes submetem-se à lógica do lucro descentralizado, ou a chegada dos novos dirigentes provoque uma mudança radical na gestão, substituindo a lógica do lucro por uma outra lógica de pensamento no desenvolvimento do mercado. Nesse caso pode-se perguntar se as condições do progresso econômico e tecnológico continuariam asseguradas, especialmente no que se refere à relação entre o consumo, a poupança e o investimento no avanço de mercado tecnológico.

Schumpeter (Boudon e Bourricaud,1993:46) reconhece a existência de camadas sociais amortecedoras na sociedade capitalista. Hoje é freqüente considerar que a lógica do lucro é o princípio que rege todas as instituições das

sociedades contemporâneas, essa lógica sofre pressões externas para o seu manutenção, que são inicialmente pressões orçamentárias e financeiras. O que Bell chamou de contradições culturais do capitalismo exprime a dificuldade que têm nossas sociedades para estender ao conjunto de suas atividades princípios que permitam assegurar a elevação da produção, da produtividade da renda individual e coletiva, mas que nunca foram confundidas com o bem-comum. Por ser em grande medida indeterminada do ponto de vista cultural e político, o capitalismo não constitui um tipo que pertence apenas ao domínio da sociologia, apresenta-se antes como uma forma de organização interdisciplinar, envolvendo questões culturais, políticas, sociológicas e principalmente econômicas.

Voltando novamente à questão de valores sociais, de acordo com Novak (1991:08), não necessariamente o crescimento e predomínio da livre empresa significa o fim de idealismo ou a rejeição dos valores espirituais, muitos críticos do capitalismo ocidental afirmam que a “busca pela felicidade através do crescimento econômico”, não passa de uma busca extremamente individual e egoísta ao invés de inspiração para um mundo melhor.

Novak (1991:08) deixa evidente que as características do capitalismo são “não ser uma seita religiosa nem uma filosofia”, ao contrário disso, o capitalismo pretende esclarecer que as pessoas são livres, no momento em que abre espaço para as pessoas construírem e fazerem suas próprias escolhas dentro do sistema. Novak acredita que as instituições democráticas no capitalismo ajudaram o indivíduo a desenvolver virtudes morais como a autoconfiança e construção de comunidade, criatividade e competitividade, forçando um bem-estar social melhor.

2.2 LIVRE INICIATIVA ECONÔMICA, SOCIAL E PESSOAL

Este subcapítulo procura trazer a noção de que a ideologia capitalista concede ao agente uma liberdade de expressão e de procura por seus ideais. Valores que muitas vezes não são levados em conta, fazem parte desta análise e

tem grande força na medida em que são analisados no sistema capitalista, essa liberdade de ideais não é só pessoal, mas também coletiva, ou de estrutura. Não podemos colocar de lado os valores e ideais que moveram o socialismo e o comunismo, aborda Giddens (1999:11), bem verdade é, que estes já não nos assombram mais, todavia vários princípios buscavam a criação de uma boa vida coletiva, com metas de crescimento social e econômico. E o grande desafio é trabalhar estes valores sem cometer o mesmo erro dos socialistas e comunistas.

Segundo Novak (1991:08), de fato, as principais diferenças entre o capitalismo e outros sistemas, como o fascismo, o comunismo e mesmo o socialismo, é que o primeiro não obriga as pessoas a modificar suas personalidades, nem imerge as pessoas em um movimento ou um objetivo comum de como alcançar o bem-estar, antes encoraja cada pessoa à sua própria e planejada busca por seu reconhecimento dentro da sociedade.

A sociedade, frente a virtudes morais criadas a muito tempo por Aristóteles e Cícero, foi forçada a desenvolver e criar, segundo Novak (1991:09), duas virtudes de identidade e interesse humano para explicar a realidade do todo e de um único indivíduo. A primeira se funda em autoconfiança, criação de comunidade e autogoverno, que podem ser resumidos pela expressão responsabilidade civil, esta exigia iniciativa e um espírito de cooperação equânime, e a segunda evoca uma iniciativa econômica pessoal, ultrapassando os pensamentos clássicos de ocupar-se, produzir e distribuir mercadorias e serviços. Esta iniciativa parece ser uma virtude peculiarmente capitalista, que é o verdadeiro alicerce do progresso econômico, além do que, esta iniciativa é uma virtude tanto intelectual quanto moral. O impulso intelectual vislumbra uma nova necessidade da comunidade, ou um novo método de realizá-la, já o impulso moral está baseado no esforço, no talento e na necessária perspectiva para tornar realidade esta percepção.

Novak (1991:09) ainda continua a defender que ligada a esta iniciativa está a criatividade, principal virtude que é, de fato, tão importante e fundamental para a

sociedade capitalista. Ao contrário da maioria dos autores que tendem a tirar de Marx suas definições de capitalismo, Novak (1991:09) definiu-o “como o sistema econômico cujas instituições são criadas para incentivar a criatividade em qualquer campo da atividade humana. Como toda virtude vem acompanhada de vícios característicos, também as sociedades capitalistas são freqüentemente movidas por uma ânsia de inovações para seu próprio benefício, mas tais vícios ajudam a definir os contornos da virtude”. O capitalismo, portanto, é um sistema econômico cuja dinâmica propulsora central é a invenção, a descoberta e a iniciativa.

Percebe-se que o desejo de reconhecimento e conhecimento são uma fonte de motivação inteiramente não econômica, entretanto, segundo Fukuyama (1993:05), a democracia liberal vem embutida com o desejo humano de reconhecimento através da concessão dos direitos elementares de cidadania numa base de reconhecimento universal.

Segundo Fukuyama (1993:06), o desejo de reconhecimento, pode, portanto, oferecer o vínculo que está faltando entre o desenvolvimento econômico e a democracia, no sentido de reconhecimento da individualidade pessoal e da ação pessoal como parte formadora e transformadora da estrutura vigente. Nas sociedades pré-industriais, as pessoas se consomem umas as outras, tentando conseguir uma quota no estoque de riqueza, todavia nas sociedades pós-industriais as pessoas trocam suas metas materiais por um reconhecimento próprio e uma participação da tomada de decisões do próprio futuro da sociedade nacional e internacional.

Giddens (1999:12) também percebendo uma grande influência da criatividade e do conhecimento, aborda que “os únicos grupos que resolutamente otimistas são os que põe fé na tecnologia para resolver nossos problemas”. A teoria econômica do socialismo acabou por subestimar a capacidade que o capitalismo tem de inovar, adaptar e gerar uma produtividade crescente.

Novak (1991:10) traz a tona uma outra virtude do capitalismo, que é muitas vezes negligenciada, é um tipo peculiar de vida comunitária. É comum se ouvir que as sociedades socialistas fortalecem o vínculo da comunidade, enquanto as sociedades capitalistas geram o individualismo excessivo. Entretanto as sociedades capitalistas têm muitas opções de associação amistosa e franca, muito trabalho em equipe e um modo de vida aberto. É claro que, na visão dos sociólogos, a comunidade é menos possível em sociedades dinâmicas, apesar disso, a máxima de que os humanos são animais sociais é claramente válida em sociedades capitalistas. Admitindo que um certo isolamento seja inerente à liberdade individual, a maior parte das vezes as atividades econômicas dentro do capitalismo contemporâneo, com suas comissões, reuniões e conferências, não são senão associativas.

Por último, Novak (1991:10) termina por trazer o termo da competitividade, que é reconhecida como uma qualidade evocada pelas sociedades capitalistas, mas quase sempre tratada como um vício, sendo que esta é uma força para a eqüidade econômica e uma defesa contra a fraude, não só na esfera econômica, mas também nos domínios da moralidade e da religião, sem mencionar da política. Segue-se que à parte destas novas virtudes, as sociedades capitalistas democráticas estão baseadas em alguns valores espirituais, sem os quais dificilmente poderiam existir.

O novo neoliberalismo, de acordo com Giddens (1999:13) tem princípios como o Governo mínimo, a sociedade civil autônoma e fundamentalismo de mercado. De fato, deve-se considerar que o neoliberalismo triunfou por todo o planeta. Giddens (1999:31), considera que a política mundial sofre grandes distúrbios, ou seja, a posição “conservador” é ocupada pela bancada neoliberal, que diz que, “um conservador defende a liberdade de mercado, mas quer forte controle estatal sobre questões como a família, drogas”, assuntos sociais, já a posição socialista é oposta e procuram “maior intervenção do Estado na vida

econômica, mas são descrentes nos mercados e no Governo com cautela, no tocante a questões morais”. A terceira via de Giddens (1999:36), significa uma tentativa de ultrapassar os velhos social-democratas e o novo neoliberalismo.

O partido social-democrata alemão – no ano de 1989 – já buscava explorar como programa básico, a integração do desempenho econômico com a seguridade social, e ainda colocou que a individualidade e a solidariedade não devem andar em lados opostos.

Giddens (1999:74), analisando e pensando a política da terceira via, como sendo uma intermediação entre o mundo econômico e o mundo social, deixa evidente que a globalização é benéfica no crescimento cultural e nos avanços tecnológicos, não ameaçando a integridade nacional nem os valores tradicionais da sociedade e do capitalismo.

Ianni defende em sua análise (2002:19), que é incontestável que o sistema capitalista desenvolveu-se e irradiou-se por todos os lados do mundo, dinamizando-se nas periferias e centros. O capitalismo conseguiu transformar o militarismo, ou o complexo industrial-militar, em componente da estrutura de reprodução do capital, ultrapassando a questão econômica e chegando até processos culturais. Em todos os níveis, o capitalismo aparece como um poderoso sistema, um processo civilizatório, impondo-se a todas as outras formas sociais de vida e trabalho.

Entrando no mérito da democracia ajudando o sistema capitalista a promover o bem-estar social, Fukuyama (1993:06), aborda que existem outras razões para demonstrar que a democracia contribui para o desenvolvimento, modernização econômica e avanços tecnológicos. A democracia força com que o crescimento econômico promova um certo tipo de igualdade de condições, em um nível de escala de tempo, beneficiando o crescimento do bem-estar social, um bom exemplo, é a inserção da mulher no mercado de trabalho, e o seu ganho, em

relação ao homem, cada vez mais igualitário. Esse fato, caracteriza-se com maior facilidade, no que chamamos de sociedade de classe média. As sociedades de classe média que conseguem ter uma maior mobilidade social são aquelas onde a democracia liberal está em um estágio mais avançado.

O desenvolvimento econômico por si só não é uma condição única para uma democracia estável, todavia, segundo Fukuyama (1993:07) é uma forte coluna para consolidar a democracia liberal, este força uma liberdade individual, que a partir do reconhecimento de seu próximo, força, em um segundo plano, uma responsabilidade coletiva. Não há leis determinantes que ligam o desenvolvimento à democracia, mas este cria condições que conduzem à aceitação de normas e ideologias democráticas. Também existem outros obstáculos à criação e manutenção da democracia estável que, em partes, são independentes do desenvolvimento econômico, como é o caso dos vínculos culturais, por exemplo, a religião, etnicidade, outras estruturas sociais baseadas em sociedades orientas, que podem afetar a possibilidade de democracia.

Alguns autores sustentam que a democracia é mais funcional na conciliação de interesses numa economia moderna e complexa. Fukuyama (1993:05) defende que as democracias tendem a transferir riqueza dos ricos para os pobres em nome da igualdade social, a proteger ou subsidiar indústrias fracassadas, a gastar mais em serviços sociais do que em investimentos. A opção que a população faz a respeito da democracia, deve brotar do reino da política e não da economia, do esforço consciente do homem considerar-se como uma voz na sociedade e divisar regras, fazendo-se responsável por seus atos e ações para a construção de um melhor bem-estar social. O principal imperativo psicológico que fundamenta a democracia é o desejo de o indivíduo ser conhecido como alguém que faça diferença na sociedade.

Nesta perspectiva de pensamento, segundo Giddens (1999:53), as novas discussões sobre o capitalismo devem pesquisar formas de como este deve ser

administrado e regulado, e não mais a antiga história de luta do capitalismo contra o socialismo, o socialismo, como teoria de administração econômica, já não tem poder de auto-progredir. A economia e os avanços tecnológicos necessitam de um sistema que se modifique de acordo com as tendências futuras, um sistema que seja flexível e auto-crítico, assim como o capitalismo. Os problemas da sociedade mudaram para questões em que um sistema fechado certamente iria à falência se não houvessem modificações em seus conceitos, problemas como, os fatos ecológicos, discussões de identidade pessoal e cultural, entre outros.

Na mesma linha de pensamento, Novak (1991:10) aborda que desde o início do pensamento capitalista procura organizar um modelo ideológico capaz de conceder aos indivíduos o livre arbítrio de conquistarem sua liberdade, um sistema que tenha uma livre evolução científica e avanços tecnológicos que possibilitem o crescimento do bem-estar social. O sistema deve pertencer a todos os seres humanos, e conseqüentemente, se adaptar a costumes locais, tradições e culturas, sem que essas culturas e costumes deixem de lado o princípio de reflexão e escolha, um sistema que guie o indivíduo e ao mesmo tempo o indivíduo manipule-o de acordo com suas necessidades.

Ainda segundo Novak (1991:10), o sistema capitalista foi concebido para todos os seres humanos, e esta pretensão não é inválida, na medida em que originalmente, as primeiras instituições surgiram em regiões profundamente moldadas pelos ensinamentos do judaísmo e do cristianismo, e é claro que não foi nenhum acidente, o judaísmo e o cristianismo são religiões de história e conseqüentemente, religiões de liberdade. Obviamente que um sistema de liberdade natural não são apenas concepções de judeus e cristãos, tanto é que, muitas idéias e experiências institucionais praticadas para o desenvolvimento das sociedades capitalistas foram patrocinadas por culturas da Grécia e de Roma, além do mais, em décadas recentes, o êxito do Japão e de outras sociedades fora da órbita judeu-cristã deram provas aos fundadores da liberdade natural da humanidade.

Em sua argumentação, Novak (1991:11), deduz que uma economia livre é uma condição importante para o crescimento da liberdade individual da sociedade, entretanto, uma vida moral e cultural com liberdade, de consciência, de informação e de idéias, são forças predominantes para a formação, transformação, assimilação e acomodação da estrutura vigente. Uma economia livre que dá o lugar de direito à iniciativa econômica pessoal e à capacidade humana de criatividade, é o melhor instrumento para se alcançar a libertação da pobreza com certa rapidez, conseqüentemente, se deduz que a prosperidade das nações está, acima de tudo, na força criadora e nas instituições livres que a sustêm, contribuindo para que o ser humano seja responsável por suas ações no âmbito de sua liberdade.

O regime capitalista que constitui a livre iniciativa e economia de mercado, que propicia um grande desenvolvimento de mercado, trazendo progresso na tecnologia, riqueza e o bem-estar social da sociedade ocidental e “oriental”, necessita de um ajustamento à realidade contemporânea, para manter o crescimento e desenvolvimento sustentável da sociedade. Nesse sentido, segundo Flores (1986:01), faz-se necessário dar ênfase a aspectos sociais, tão importantes quanto aspectos econômicos, por exemplo, os direitos humanos, direitos de interesse público, meio ambiente, princípios básicos à sobrevivência, buscando uma adaptação e reforço, e não uma mudança de paradigma quanto ao regime econômico vigente. Ser solidário é uma tarefa do capitalista e não do capitalismo.

Alguns princípios se fazem importantes, no momento em que se busca entender a construção de um capitalismo preocupado com os avanços tecnológicos e com o crescimento do bem-estar social, que segundo Flores (1986:02) estes princípios se resumem na valorização do homem, da sociedade e a responsabilidade com o outro. Um desenvolvimento econômico, uma estabilidade financeira, uma tranquilidade política e o bem-estar social são pilares

que culminam em um sistema capitalista moldado segundo princípios construtivistas.

De acordo com as mesmas idéias de Novak, Flores (1986:02) realizou um estudo no que diz respeito aos países desenvolvidos, onde esses alcançaram e transcenderam um equilíbrio sobre as etapas de tranqüilidade política, uma estabilidade financeira considerável, um avanço no desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, um bem-estar social crescente, compreendendo um padrão médio de vida, superior a da área socialista. Isto não significa que não hajam problemas sociais, econômicos e políticos, mas que a evolução, transformação, assimilação e adaptação pela sociedade é cada dia mais rápida, segura e tranqüila.

Nas palavras de Finkelstein (1993:21), “o economista de Harvard Robert Reich cria um cenário do século 21 que vê o papel econômico de uma nação como o de melhorar o padrão de vida dos cidadãos ao elevar o valor do que eles contribuem para a economia mundial”. Forças como o dinheiro, tecnologia e idéias fluindo facilmente e sem fronteiras, estão levando o capitalismo a influenciar as empresas a um cenário extremamente internacional, onde as empresas perdem suas identidades nacionais. As empresas, segundo Finkelstein (1993:21), colocarão produtos em todas as partes do mundo, todavia estas sempre recorrerão a uma sede, por motivos políticos e econômicos. “Sociedades sem um eficiente sistema educacional e uma forte ética de trabalho não atenderão as exigências deste mundo espantoso”.

Como dito anteriormente neste capítulo, a globalização é apenas mais um processo de transformação baseado na necessidade em que a sociedade tem de reconhecimento próprio. Este é um dos assuntos mais discutidos na atualidade, a transformação do capitalismo, que apesar de ter princípios sólidos como por exemplo, o lucro, o empresariado, o mercado de trabalho, entre outros, o capitalismo se flexibiliza e se molda para responder às necessidades da

sociedade. Percebeu-se que o capitalismo passou por diversas transformações, diferentemente das demais ideologias de organização da sociedade, como por exemplo, o socialismo, que afundou em seus próprios princípios. Nem o capitalismo ou o construtivismo são uma concepção filosófica perfeita, ao invés disto, estão se transformando para alcançar a melhor explicação das interações da sociedade de acordo com o espaço e tempo definidos, todavia tanto o capitalismo como o construtivismo percebem as necessidades afloradas na sociedade e se moldam para atendê-las, fazendo uma análise e debatendo os melhores caminhos a se tomar. Estes têm princípios sólidos, mas não são concepções estáticas, antes absorvem, assimilam e se transformam.

3. CAPITALISMO CONSTRUTIVO – UMA ESTRUTURA PARA AVANÇOS TECNOLÓGICOS E PARA O FORTALECIMENTO DO BEM-ESTAR SOCIAL

Este capítulo dará continuidade à análise do sistema capitalista, como estrutura mais flexível para o crescimento dos avanços tecnológicos, contrabalanceado por uma análise a respeito da responsabilidade individual e social de cada pessoa da sociedade internacional. Neste momento se realizará uma convergência entre o primeiro e o segundo capítulo, no sentido de mostrar que a sociedade tende a valorizar a qualidade de vida dos indivíduos e que esses indivíduos tem o poder de influenciar a estrutura vigente no intuito de melhorá-la atendendo as necessidades apresentadas pela mesma. Sabendo que a sociedade busca constantemente os avanços tecnológicos, movido em grande parte pela globalização, e que esses são inevitáveis, o indivíduo deve procurar um contrabalanço para estabilizar o sistema sem prejudicar os avanços tecnológicos.

Independentemente se a pessoa trabalha no Governo, ou em uma empresa, ou em uma sociedade civil organizada, ou esta pessoa não trabalha, todos nós temos direitos e por conseqüência temos responsabilidades. Nas palavras de Giddens que diz “não há direitos sem responsabilidades”, percebe-se que o ser humano é responsável por suas ações e que estas influenciam diretamente a estrutura de convivência da sociedade. A necessidade atual da sociedade é criar a consciência de que o ser humano é o ponto principal de toda relação estrutura x agente, e de que é necessário aumentar a valorização do ser humano e a melhoria do bem estar social e da melhoria da qualidade de vida. A sociedade se modifica constantemente e o sistema precisa acompanhar estas modificações.

As fortes transformações atribuídas ao avanço do processo de globalização têm pressionado a atuação de organizações não-governamentais, megainvestidores, multinacionais, governos que comprovam que o cenário internacional é trabalhado por diferentes ângulos, fluxos e atores. Por exemplo,

Bezerra (2004:110), argumenta que o movimento dos Sem Terra tem considerável projeção internacional, este possui mídia, nacional e internacional e suas articulações influenciam diversos atores internacionais, articulações transnacionais e, por conseqüência, influenciam as estruturas que regem o sistema internacional.

Na mesma linha de pensamento, Neto e Fróes (2002:03) concordam que está surgindo, paralelamente ao grande movimento de globalização, alianças e lutas de organizações locais, nacionais e internacionais, com um único objetivo de lutar e mobilizar a sociedade internacional contra a exclusão social, a destruição do meio ambiente, as violações dos direitos humanos, e a busca constante por uma melhor qualidade do bem-estar social, isso são alguns exemplos de que a sociedade está preocupada em contrabalancear o sistema vigente. Este movimento acaba por aproximar ainda mais a sociedade internacional, contribuindo também para a globalização e interdependência da sociedade, Estados e empresas. Um bom exemplo deste fato são os movimentos sociais que, segundo Bezerra (2004:109), estão vinculados a problemas internos, que dizem respeito à trajetória histórica e política de cada país. Todavia o crescente desenvolvimento de redes de cooperação internacional entre esses movimentos sociais, demonstra a inserção dos movimentos no âmbito internacional.

Contraopondo esta globalização neoliberal, surgem, de acordo com Neto e Fróes (2002:03), organizações estruturadas para balancear o sistema internacional, um outro exemplo destas organizações são as ONGs e as iniciativas privadas, que tem o objetivo da emancipação social e o melhoramento do bem-estar social e da qualidade de vida. Sabe-se que é necessário o crescimento econômico e tecnológico, entretanto, deve-se crescer no desenvolvimento social, contrabalanceando o crescimento do mercado econômico.

Segundo Giddens (1999:60), estes novos grupos, ONGs, movimentos sociais, iniciativa civil, tomaram o poder, não esperando somente nos políticos, introduziram estas novas preocupações no programa político. “Movimentos

sociais, grupos de pressão unidirecionados, ONGs e outras associações de cidadãos seguramente terão importância na política de forma contínua – a partir de um nível local para um nível mundial. Os governos terão de estar prontos para prender com eles, reagir às questões que levantam e negociar com eles, como terão de fazer as empresas e outras instituições de negócios”.

Já Chagas de Oliveira (Tenório,2004:7) comenta que a sociedade vive em um momento com grandes discussões teóricas, todavia sem muita teoria crítica sobre as ideologias que estão dominando o mundo, o capitalismo, a democracia e a busca pela paz. Um novo compromisso nasce no âmbito do capitalismo, envolvendo a sociedade de forma rigorosa na humanização do próprio sistema capitalista, seja com ênfase de cunho liberal, justificando melhor a distribuição de riquezas, seja a partir das correntes humanistas que enxergam um capitalismo social sustentável. A sociedade internacional, incluindo a realidade brasileira, já estão reconhecendo o valor dado à responsabilidade social entre as nações, empresas, instituições e indivíduos. Assim como foi esclarecido no primeiro capítulo, a respeito da perspectiva construtivista, a realidade social é fruto de uma construção histórica e cotidiana dos atores, assim como a necessidade de valorização do ser humano é construída da mesma forma.

Em outras palavras Ianni (2002:35) disse que “os conceitos envelhecem, ficaram descolados do real, já que o real continua a mover-se e transformar-se”. Em certos momentos, ele parece repetir-se de modo enfadonho, mas em outros se revela diferente, novo, fascinante, insólito e surpreendente. Segundo Neto e Fróes (2002:03), a sociedade caminha para o desenvolvimento de todos e para todos, um modelo centrado no cidadão, onde o governo recebe contribuição da sociedade civil e das iniciativas privadas, criando um profissional liberal e consciente do crescimento sustentável da sociedade.

Buscando um maior esforço na iniciativa privada, e demonstrando que até as empresas tem se preocupado em dar maior importância ao indivíduo, na

mesma linha de pensamento, Giddens (1999:93), acredita que a atividade empresarial social é um outro exemplo importante de crescimento e envolvimento na valorização do ser humano. A participação de voluntários tem aumentado no âmbito empresarial, a assistência social nos países com o sistema capitalista desenvolvido tem crescido significativamente, a abertura de entidades sem fins lucrativos, incentivadas pela iniciativa privada nestes países, é muitas vezes maior do que em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, houve um amplo desenvolvimento do processo de mundialização de relações, processos e estruturas. Segundo Ianni (2002:36) aos poucos, as esferas da vida social, coletiva e individual são alcançadas pela globalização do sistema capitalista. Em outro ponto Ianni (2002:39) diz que as sociedades contemporâneas, apesar das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas em uma sociedade global, no sentido em que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. É evidente que alguns traços principais da sociedade global tem sido desenvolvidos pelas empresas, corporações e conglomerados de multinacionais. No primeiro capítulo deixa-se evidente de que a sociedade não toma como base apenas as questões do objeto, mas analisa o fato sobre a interação do sujeito com o objeto, a globalização é um fato da sociedade, mas é analisada por várias perspectivas, como questões culturais, de identidade e preferências, sociológicas, entre outras, ou seja, questões que são inteiramente influenciadas pelo sujeito.

Nesta mesma linha de pensamento Tenório (2004:14) aborda que os famosos investidores institucionais estão concedendo maior preferência aos investidores destinados a valores de responsabilidade social nas grandes bolsas internacionais, cultivando a idéia de melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social, por exemplo, o convívio entre empregadores e empregados não se baseia apenas no pagamento de salários, mas exige, cada dia com maior intensidade, uma melhor realidade humana e socioeconômica. Complementando esta linha de

pensamento Chagas de Oliveira (Tenório,2004:8) diz que “neste tempo de contrastes, vivemos de fato um renascimento da ética. A ética como fundamento do bem comum”.

No âmbito da sociedade global Ianni (2002:42) coloca que, há organizações públicas e privadas que estão não só produzindo e atuando como também tomando decisões e influenciando o sistema internacional. Ao desempenharem um papel de liderança como intermediárias entre o Estado e o mercado, fornecendo ajuda a organizações internacionais, promovendo o desenvolvimento e buscando defender seus direitos para que haja um capitalismo sustentável, com o avanço tecnológico, ligando um crescimento do bem-estar social. Essas organizações são de cunho econômico, político, cultural e social, que exercem missões civilizatórias nos países defendendo direitos básicos à sociedade.

Essa sociedade global vai conquistando espaço nas áreas de direitos humanos, proteção do meio ambiente, saúde, educação, meios de comunicação de massa, assuntos sociais, econômicos, políticos e culturais que sempre parecem nacionais, mas logo se revelam internacionais, relativos à harmonia da sociedade global. E assim se criam organizações e políticas, expressando aspectos importantes para o bem-estar social do sistema capitalista. Segundo Ianni (2002:43), as nações-estados se tornaram pequenas para a gestão econômica e social da sociedade, faz-se necessário uma intervenção de peso da sociedade civil organizada, esta tem que tomar consciência de que ela tem responsabilidades sobre o futuro das nações.

Seguindo esta perspectiva de que a sociedade também é responsável por essa intervenção social para melhoria do bem-estar social e trazendo a discussão para o nível do sistema capitalista, em especial as empresas, como maiores incentivadores desta estrutura ideológica, Tenório (2004:13) dá maior ênfase sobre a responsabilidade social corporativa, que é um termo recente e crescente no âmbito internacional, ao mesmo tempo em que é dinâmico, também é muito

polêmico, porque trata de questões como a geração de lucros pelos empresários, até a implementação de ações sociais no quadro de negócios das corporações. O termo responsabilidade social é novo e se configura em uma sociedade pós-industrial, a abordagem do envolvimento social das empresas surgiu no início do século XX, com o filantropismo. Com o desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial, além do filantropismo, desenvolveram conceitos como voluntariado empresarial, responsabilidade social corporativa, cidadania corporativa, e o mais conhecido na sociedade internacional, que é o desenvolvimento sustentável. Para se observar melhor o surgimento da sociedade pós-industrial e os conceitos de responsabilidade social, desenha-se um primeiro momento até a década de 1950 e posteriormente o período pós-segunda guerra mundial.

Seguindo esta análise histórica, a sociedade passava por um momento de transição econômica, passando de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial, um grande crescimento tecnológico e o início de aplicações acadêmicas no âmbito da organização do trabalho, retrabalhando todo o processo produtivo. Tenório (2004:14), aborda que a ideologia dominante neste caso era o liberalismo de Adam Smith, Malthus e Stuart Mill, os acreditavam que o Estado seria o responsável pelas ações sociais, deixando as empresas maximizarem seus lucros, gerando empregos e pagando impostos. Atuando dessa forma as empresas estariam cumprindo sua função social. Neste momento da economia, o liberalismo não incentivava a prática de ações sociais pelas empresas, criando grandes críticas ao sistema capitalista, que se preocupava apenas com o lucro de forma egoísta e não no crescimento do bem-estar da sociedade de forma comunitária.

Inicialmente a industrialização ocasionou a degradação da qualidade de vida, todavia a sociedade, percebendo a intensificação de problemas sociais e ambientais, começou a se mobilizar no intuito da resolução de tais problemas para parte do governo e também das empresas, logo o conceito de responsabilidade social passou a incorporar os principais anseios de empresários e líderes de mercado, ou seja, percebeu-se uma nova necessidade no mundo, assim como foi

estudado no segundo capítulo, o capitalismo se flexibilizou para atender a essas novas necessidades, que a sociedade não mediu esforços para alcançar seus objetivos. Com os problemas decorrentes da industrialização, o entendimento das empresas sobre as obrigações sociais começou a se modificar neste primeiro período.

Em um segundo momento, Tenório (2004:18), defende que o Estado começou a realizar uma maior intervenção sobre o setor econômico, esses efeitos contribuem para a superação de um modelo industrial egoísta, criando uma nova sociedade, uma sociedade pós-industrial. Os princípios desta nova sociedade questiona o objetivo de maximização dos lucros e o papel das companhias, ampliando o conceito de responsabilidade social empresarial. Investindo neste mesmo pensamento Tenório (2004:19) diz que “Toffler (1995) demonstra que a sociedade industrial buscava, basicamente o sucesso econômico; já a sociedade pós-industrial busca o aumento da qualidade de vida, a valorização do ser humano, o respeito ao meio ambiente, a organização empresarial de múltiplos objetivos, a valorização das ações sociais, tanto das empresas quanto dos indivíduos.” Há um entendimento básico em que os indivíduos estão inseridos em um ambiente complexo e suas atividades influenciam e tem impacto sobre os agentes sociais, comunidade e sociedade. A importância que Giddens (1999:76) dá à revitalização da arena social é significativa para o balanceamento entre a inovação tecnológica constante do capitalismo e o crescimento do bem-estar social.

Galbraith (Tenório,2004:21), seguindo a mesma linha de pensamento, demonstra que em uma empresa amadurecida, os administradores começam a se orientar por objetivos sociais, como a busca do crescimento contínuo do produto nacional bruto. Essas instituições buscam paralelamente o crescimento tecnológico. No contexto da sociedade pós-industrial, as instituições e pessoas lutam para a melhoria da qualidade de vida.

O termo “responsabilidade social” passou por algumas modificações até chegar a esse entendimento, a partir dessa definição a continuidade dos negócios na sociedade começou a aceitar que a questão social é fundamental para o progresso. Souza (Tenório,2004:23) argumenta que “toda grande empresa é, por definição, social. Ou é social ou é absolutamente anti-social e, portanto, algo a ser extirpado da sociedade. Uma empresa que não leve em conta as necessidades do país, que não leve em conta a crise econômica, que seja absolutamente indiferente à miséria e ao meio ambiente, não é uma empresa, é um tipo de câncer”. Singer (Tenório,2004:23), acredita que com a retomada do liberalismo e a intensificação da globalização, a partir da década de 1980, os problemas sociais aumentaram, resultando no surgimento em grande escala de organizações não governamentais e a consolidação do terceiro setor. Todavia apenas as ONGs e o terceiro setor não são capazes de reduzir as desigualdades e os problemas sociais, é necessário um empenho da sociedade de forma geral, e do Estado como direcionador das políticas sociais.

Ser solidário é uma tarefa do cidadão e não do capitalismo, ou seja, a estrutura fornece ferramentas para o crescimento do bem-estar social, mas são os indivíduos que devem realizar as ações necessárias para este crescimento. Analisando o capitalismo, com isenção de ânimo, convém lembrar que a função específica de um sistema econômico é produzir riquezas, e com elas, gerar lucros, pagar salários e impostos, nisso não existe demérito algum. A preocupação e assistência social em uma sociedade bem organizada e próspera deve ser de responsabilidade de cada indivíduo na face da terra, não porque são produtores ou trabalham no governo, ou em ONGs e OIs, mas uma responsabilidade enquanto homens e mulheres inseridos na sociedade, na responsabilidade de suas ações e na responsabilidade de um para com o outro.

“A coesão social não pode ser assegurada pela ação de cima para baixo do Estado ou pelo apelo à tradição”. “precisamos aceitar mais ativamente responsabilidades pelas conseqüências do que fazemos e dos hábitos e estilos de

vida que adotamos” Giddens (1999:47). Ele afirma que temos que achar um novo equilíbrio entre o indivíduo e as responsabilidades coletivas. Voltando a análise que se realizou no primeiro capítulo, sobre o debate estrutura x agente, o agente reage a estímulos externos, a uma realidade material externa, e modifica suas ações de acordo com a necessidade apresentada, todavia este ato de modificar suas ações se traduz na linguagem utilizada, que expressa as escolhas individuais de cada um. Percebe-se que o sistema e a sociedade tem uma necessidade de valorização do ser humano, todavia quem tem a escolha de mudar esta realidade é o próprio indivíduo em particular, a partir de suas ações locais, com reflexões globais.

Nos anos de 1990, surgiu de maneira forte o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que segundo Tenório (2004:25), é composto pelas dimensões econômicas, ambiental e empresarial, o principal objetivo é conseguir um crescimento econômico a partir da preservação do meio ambiente e o respeito dos diversos agentes sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Barbosa e Rabaça (Tenório,2004:25), concordam que “a responsabilidade social nasce de um compromisso da organização com a sociedade, em que sua participação vai mais além do que apenas gerar empregos, impostos e lucros. O equilíbrio da empresa dentro do ecossistema social depende basicamente de uma atuação responsável e ética em todas as frentes, em harmonia com o equilíbrio ecológico, como crescimento e com o desenvolvimento social”.

Com as atividades sociais no âmbito empresarial crescendo, o reconhecimento é cada vez mais real, as companhias procuram novas formas de agregar valor social às suas atividades. Instituições foram criadas no mercado com o intuito de destacar a importância das ações sociais para os negócios e para a sociedade, termos como ética nos negócios, voluntariado empresarial, filantropia, cidadania empresarial e responsabilidade social foram incorporadas ao vocabulário corporativo.

Mein (Tenório,2004:28) acredita que existe um processo de transição na forma de atuação social das empresas, e um modelo individualizado para uma atuação coletiva e profissional. Seguindo algumas tendências que são a profissionalização do processo social, à gestão da ação voluntária e por último uma mudança na ação individual em projetos para uma atuação em grupos. Essa transição se configura, no estudo realizado no segundo capítulo, onde se demonstrou que o sistema capitalista é a ideologia mais flexível para responder às necessidades apresentadas pelo homem, ou seja, a sociedade notou que a ação social se tornou importante no cenário internacional, logo, o sistema capitalista, se moldou, em sua principal força que é a empresa, para não cair em seus próprios princípios, porém se fortificar ainda mais.

Em 1998, a Shell - megaempresa de combustíveis – publicou um relatório esclarecendo suas novas atitudes sobre a responsabilidade corporativa que, segundo Giddens (1999:59), dizia que a Shell aceita a “responsabilidade em assegurar que seus negócios sejam gerenciados de uma maneira eticamente aceitável pelo resto do mundo”, apoiando assim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, e instituindo um comitê de responsabilidade social. Segundo Giddens (1999:59) Cor Herkstroter – presidente mundial da Shell – dizia que eles foram lentos em aceitar estes novos grupos e que “em termos simples mais instituições da sociedade global estão sendo reinventadas à medida que a tecnologia redefine relacionamentos entre indivíduos e organizações”.

Outra expressão muito usada no mundo é a filantropia, um termo muito usado para designar pessoas que tem um amor ao homem ou à humanidade, que parte de uma ação individual e espontânea de cada pessoa. Já na filantropia empresarial, Tenório (2004:28) entende que se caracteriza por uma ação social e de natureza assistencialista, sendo que a filantropia empresarial é caracterizada por meio de doações financeiras ou materiais à comunidade ou às instituições assistencialistas. A idéia de filantropia empresarial é mais freqüente, com um

maior grau de realização, em sociedade onde cada um de seus cidadãos se preocupa com o bem-estar e a melhor qualidade de vida do seu próximo. O termo filantropia remete ao termo solidariedade, que em seu íntimo expressa a idéia de reciprocidade uns com os outros, ou seja, essa é uma das ferramentas que o capitalismo criou para atender as necessidades apresentadas pela sociedade.

Outro termo, também muito usado no mercado empresarial e bem utilizado para demonstrar o envolvimento dos colaboradores e das empresas em assuntos sociais, é a cidadania empresarial, caracterizada pela participação comunitária, por meio de voluntários integrantes da empresa e colaboradores externos. A cidadania empresarial também se visualiza no momento em que as empresas realizam parcerias com associações ou fundações e do investimento em programas e projetos em meio-ambiente, educação e saúde. É importante deixar claro que o voluntário empresarial é um termo que compõe a cidadania empresarial. Neto e Fróes (Tenório,2004:31) "afirmam que o conceito de cidadania empresarial é resultado das ações internas e externas de responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas".

O termo mais conhecido no mercado de trabalho e que exerce maior influência sobre o empresariado é a responsabilidade social corporativa, que é um compromisso ético e tem um âmbito de importância maior dentro da empresa, ao contrário de filantropia empresarial e cidadania empresarial. É um termo que força, na maioria das vezes, questões políticas e tomadas de decisões dentro da empresa. Segundo Srour (1998:294) apud Tenório (2004:31) "a responsabilidade social remete à constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno da empresa e à implementação de direitos sociais no âmbito externo". A responsabilidade social corporativa traz obrigações legais e comprometimento com o desenvolvimento econômico. O conceito de responsabilidade social corporativa, segundo Tenório (2004:32), é a preocupação e compromisso com a busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade, entendendo que o

compromisso da empresa começa por seus próprios funcionários, passando por clientes e fornecedores, comunidades meio ambientes e sociedade.

Estas são várias ações que as empresas tomam para se flexibilizar de acordo com a necessidade de valorização do ser humano. Há vários motivos que Tenório (2004:33) defende no sentido em que levam as empresas a se fortalecer de forma socialmente responsável, desde pressões externas à empresa até questões de princípios. A sociedade pós-industrial, que está preocupada com a melhoria da qualidade de vida da sociedade e não só com o sucesso econômico, força as empresas com legislações ambientais, atuação de sindicatos, movimentos de consumidores, para que a população possa alcançar o melhor padrão de vida possível para o maior número de pessoas possível. A globalização também exerce grande influência para o aumento do foco da sociedade, passando de econômico para econômico-social.

As empresas também buscam o crescimento de suas ações sociais motivadas por algum tipo de benefício ou vantagem, e muitas das vezes são objetivo não-econômicos, aumentando a preferência do consumidor e fortalecendo sua imagem no mercado corporativo. Segundo Tenório (2004:34), uma forma de benefício bastante conhecida é o incentivo fiscal por parte do governo, para que as empresas atuem com maior força no ambiente social. Todavia estas duas formas apresentadas não dão certa comodidade, no que diz respeito, a continuidade da prática social em longo prazo, se essas forças externas diminuïrem, as práticas sociais diminuirão.

Entretanto, quando a prática social corporativa é incentivada por princípios básicos ou costumes implantados na sociedade, o risco de intervalos nas práticas sociais é extremamente inferior. Logo, segundo Tenório (2004:36), é necessário criar e implantar valores sociais na cultura corporativa da empresa, guiando suas operações e trabalhando seus colaboradores, fornecedores, clientes, funcionários,

acionistas e pessoas envolvidas com a empresa, a sentirem a necessidade de colaborar na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

A responsabilidade social pode ser verificada por alguns indicadores como por exemplo, o balanço social da empresa, a demonstração do valor adicionado que a empresa agrega à sociedade e a certificação desta responsabilidade, concedida pela própria sociedade, de modo organizado. Segundo Tenório (2004:37) mais especificamente, o balanço social demonstra e exerce atividade sobre os trabalhadores, a sociedade, a comunidade e o meio ambiente. Na implantação do balanço social na empresa verifica-se o nível de comprometimento social que a empresa realiza junto à sociedade, empregados e meio ambiente, verifica-se também as contribuições à qualidade de vida da sociedade e avaliação da gerência sobre resultados sociais, e não somente financeiros. Já a demonstração do valor adicionado, pode mensurar o valor que a empresa agregou à sociedade, verificando quem são os beneficiados com o desempenho da empresa.

Por último, um indicador fortíssimo de aumento da qualidade de vida dos colaboradores e da sociedade, segundo Tenório (2004:42), é a certificação de responsabilidade social corporativa, focando na valorização de termos éticos e na condução dos negócios de forma sustentável para a sociedade, assegurando, por exemplo, saúde, direitos humanos e trabalhistas, qualidade de produtos oferecidos, qualidade da empresa em questões ambientais, entre outros. Esses são os famosos selos de certificação social que a sociedade civil concede às empresas através de instituições organizadas, com a ISO, AS Instituto Gife, fundação Abrinq, Instituto Ethos, na busca de uma melhor qualidade de vida.

Muitas críticas vem sobre estas formas de ajuda social, no intuito de demonstrar que as empresas utilizam destes argumentos sociais, como marketing social para alcançar seus interesses próprios e que não passa de uma fachada do capitalismo para diminuir as pressões externas ao sistema, todavia aqueles que

necessitam de apoio social são beneficiados da mesma forma, a educação cresce, a saúde aumenta, o nível social se desenvolve com uma maior constância e acontece, conseqüentemente, um avanço no sentido de valorização do ser humano. Logo, mesmo que muitos destes empresários tenham interesses particulares e não coletivos, a sociedade sofre uma mudança de consciência e costume, forçando a estrutura a se modificar e modificando, aos poucos, os agentes desta estrutura.

Com o surgimento de uma sociedade pós-industrial, preocupada principalmente na valorização do ser humano, no respeito ao meio ambiente, na busca de uma sociedade mais justa e na melhor qualidade de vida da comunidade, buscando uma organização empresarial de múltiplos objetivos, sejam financeiros, econômicos ou sociais. A empresa atual passou a buscar novas estratégias de negócios de maneira a obter uma maior eficiência e lucratividade para se manter estável no mercado. Logo, com a revolução de uma sociedade pós-industrial, as companhias e corporações necessitam agregar valores sociais com objetivos de alcançar um nome mais confiável, sólido, que retorne em maior lucratividade para a empresa. Tenório (2004:45) cita os autores Kotler e Armstrong (1995:7), “marketing significa administrar mercados para chegar a trocas, com o propósito de satisfazer as necessidades e desejos do homem”. Se o empenho da sociedade se volta à melhoria da qualidade de vida, o marketing se volta a dar grande importância ao âmbito social, formando um marketing social. Observa-se que até os termos mais extremos do capitalismo, como o marketing, são moldados de acordo com a necessidade da sociedade, modificando os pensamentos de mundo dos indivíduos.

A sociedade civil deve se moldar às novas necessidades estabelecidas no cenário internacional, não só a sociedade civil, mas a comunidade como um todo. O governo, por sua vez, deve procurar a ajuda da sociedade civil na tentativa de recuperar a solidariedade local da comunidade segundo Giddens (1999:89). Em uma pesquisa realizada nos EUA, no Reino Unido e em alguns países onde o

sistema capitalista é forte e influente, demonstra que a sociedade capitalista verifica problemas no campo governamental e econômico, se torna mais reflexiva e tende a se auto-organizar.

Nas palavras de Giddens (1999:135), o governo deveria conceder maior incentivo às iniciativas empresariais associadas a pequenas indústrias e inovação tecnológica. “A atividade empresarial é uma fonte direta de empregos. Além disso ela induz o desenvolvimento tecnológico e oferece às pessoas oportunidades de auto-emprego em épocas de transição”. O incentivo em projetos públicos executados pela sociedade civil e por empresas privadas, é uma forma de ter avanços tecnológicos e beneficiar a sociedade nas áreas da saúde, educação e outras áreas sociais.

Em suma, verifica-se que de acordo com o construtivismo, a estrutura é modificada pelos agentes e estes têm poder de transformar a estrutura vigente. Por outro lado a estrutura que é moldada para beneficiar e aumentar o bem-estar social, também é influenciadora da sociedade, criando tradições e costumes para aumentar a qualidade de vida da sociedade. Isso se traduz sobre o capitalismo que é a ideologia mais flexível no intuito de atender às necessidades criadas pela sociedade, e conseqüentemente, o capitalismo molda a vida das pessoas criando formas de ação para fortificar a estrutura vigente, acaba por se tornar um ato recíproco do agente com a estrutura. O indivíduo é capaz de modificar o ambiente em que está vivendo, se a nova necessidade da sociedade é a valorização do ser humano dentro do capitalismo, nós – sociedade – temos a responsabilidade de repensar o sistema e decidir o novo caminho que a ideologia irá buscar, em outras palavras, haja localmente e pense globalmente.

CONCLUSÃO

Terminei este trabalho e conclui-se que a estrutura e o agente não são fatos ou ideologias que são estudados de forma isolada, ou seja, um influencia o outro. Costumes, tradições, paradigmas, teorias são criadas de acordo com a necessidade da sociedade, esta molda estes paradigmas e ao mesmo tempo é moldada por eles, o indivíduo tem o poder de modificar e transformar o seu ambiente de acordo com sua necessidade e interesse particular e/ou coletivo.

Primeiro foi demonstrado que o indivíduo é guiado por interesses pessoais e muitas vezes particulares e que a análise de um fato no cenário internacional sempre sofre influência do analista, seja por sua cultura ou por seu potencial de estudos. Buscou-se no construtivismo demonstrar que o desenvolvimento da sociedade é uma construção histórica e cotidiana, o indivíduo a partir de sua história molda seu futuro de acordo com seus interesses segundo o espaço e o tempo em que vive, ou seja, um fato definido como verdade pode não ser válido cem anos à frente. O indivíduo e a sociedade necessitam de uma estrutura que seja flexível, na medida em que surge novas necessidades na sociedade.

Seguindo esta linha de pensamento, buscou-se estudar a interação da estrutura com o agente, e chegou-se que o agente tem o poder de modificar a estrutura, e conseqüentemente, a estrutura também tem o mesmo poder de moldar o indivíduo com costumes, regras e princípios. A sociedade é guiada por necessidades individuais e coletivas que se transformam, estas são debatidas, buscando a melhor forma de viver segundo o tempo e o espaço. O capitalismo tem se apresentado como a estrutura que melhor se adapta e se flexibiliza para atender a estas necessidades do indivíduo e da sociedade, a ideologia capitalista se molda de acordo com o caminho que a sociedade vai percorrendo sem infringir seus princípios e regras, um exemplo atual, é o fato de a sociedade ter a necessidade de alcançar avanços tecnológicos constantes, mas também ter a necessidade de buscar a melhoria da qualidade de vida do indivíduo, ou seja o

desenvolvimento econômico e tecnológico e ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentável da sociedade. O capitalismo cria ferramentas para responder a estas necessidades incentivando as empresas a criarem e desenvolverem novas tecnologias, mas também cria dentro das empresas a responsabilidade social, dando mais valor por exemplo na bolsa de valores para empresas que tem e praticam a responsabilidade social. Como foi estudado, o capitalismo passou por diversas fases de aperfeiçoamento, e ainda está se moldando para buscar o maior benefício possível para atender ao maior número de pessoas possível.

Por último vislumbra-se um estudo sobre algumas ferramentas que o capitalismo criou para dar maior importância à responsabilidade social empresarial, percebendo que a sociedade tende a uma necessidade de valorização do ser humano, uma necessidade não só particular, mas coletiva a qual pretende valorizar todo o ser humano do mundo. Seria infantil mudar de estrutura ideológica ou modificar o sistema capitalista no auge dos avanços tecnológicos com o intuito de acabar com os lucros e avanços que esta estrutura consegue. A melhor opção a se buscar é, a partir do capitalismo, flexibilizá-lo para atender também a estas necessidades de valorização do ser humano, sem parar os avanços tecnológicos que são o motor da sociedade atualmente. A resposta ao principal objetivo deste estudo é que o capitalismo é a estrutura ideológica, até o presente momento, que se adapta mais rápido às necessidades da sociedade sem infligir seus princípios e regras, este se molda criando instrumentos e ferramentas se flexibilizando a todo o momento.

O tema ainda tem muito a ser explorado, a teoria construtivista é uma concepção teórica muito recente, e tem que criar um padrão epistemológico de análise. O sistema capitalista sempre foi analisado partindo de concepções negativas, todavia, a partir do momento que analisamos que este sistema pode se moldar e flexibilizar de acordo com as necessidades da sociedade, essas concepções negativas desaparecem. Esta forma de análise do sistema capitalista é pouco estudada pelos teóricos e ainda tem muito a oferecer.

BIBLIOGRAFIA

ATTINA, Fulvio, *Relações Internacionais in: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 5ª ed. Vol. 2. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2000.*

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade. ed. 19ª. Petrópolis: editora Vozes, 2000.*

BEZERRA, Vicente Amaral. *A cooperação transnacional de movimentos sociais: o caso do MST. Belo Horizonte: editora Fronteira, 2004.*

BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: editora ática, 1993.*

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia. 2ª ed. São Paulo: editora Ática, 2002.*

FERRÃO, Cândida. *Capitalismo in: Dicionário de Sociologia. Portugal: editora Porto, 2002.*

FINKELSTEIN, Joseph. *Capitalismo e tecnologia. In: Revista Diálogo, nº 1, vol. 26. Rio de Janeiro: editora Lidador, 1993.*

FLORES, Jorge Oscar de Mello. *Sócio-capitalismo ou Capitalismo Sociatizado. In: Revista de Ciência Política, vol. 32, jan/mar, 1986.*

FUKUYAMA, Francis. *Capitalismo e Democracia: o Elo que falta. In: Revista Diálogo, nº 3, vol. 26. Rio de Janeiro: editora Lidador, 1993.*

GIDDENS, Anthony. *A Terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: editora Record, 1999.*

GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais. São Paulo: editora Contexto, 2004.*

IANNI, Octávio. *A sociedade global. 10ª ed. Rio de Janeiro: editora Civilização brasileira, 2002,.*

LALANDA, Helena. *Empresa in: Dicionário de Sociologia. Portugal: editora Porto, 2002.*

LANÇA, Isabel Babo. *Construtivismo in: Dicionário de Sociologia. Portugal: editora Porto, 2002.*

NETO, Francisco P. de Mello; FROES, César. *Empreendedorismo: A transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: editora Qualitymark, 2002.

NOVAK, Michael. *Tédio, Virtude e Capitalismo Democrático*. In: Revista Diálogo, nº 1, vol. 24. Rio de Janeiro: editora Lidador, 1991.

OECHSLER, Walter A. *Empresa in: Dicionário de Ética Econômica*. São Leopoldo: editora Unisinos, 1997.

ROHMANN, Chis. *Construcionismo social e Construtivismo in: O Livro das Idéias: um dicionário de teorias, conceitos, crenças e pensadores que formam nossa visão de mundo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: editora Campus, 2000.

SELDON, Arthur; PENNANCE, F.G. *Dicionário de Economia*. Barcelona: editora Oikos-tau, 1968.

STUART, Ana Maria. *Uma Teoria da Transformação?*. Carta Internacional, Número 64, Ano VI, Junho de 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Responsabilidade Social Empresarial*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

INTERNET

BECKER, Fernando. *O que é construtivismo?*. São Paulo: editora FDE, nº 20, 1994.

http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dea_a.php?t=011 acesso em 28/01/2005

MATUI, Jiron. *Construtivismo: Teoria Construtivista Sócio-histórica Aplicada ao Ensino*. Assis: editora Moderna, 1996.

<http://www.centrorefeducacional.pro.br/tershaco.htm> acesso em 04/04/2005

SOARES DE LIMA, Maria Regina; NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais III: Racionalismo e Construtivismo na Teoria Internacional*. São Paulo: Universidade PUC. Resumo de aula. 2004.

<http://penta.ufrgs.br/~marcia/curiopia.htm> acesso em 21/02/2005